

ANEXO I - FISCALIZAÇÕES COM MONTANTE ACIMA DE R\$ 100 MILHÕES

ACOMPANHAMENTO - EDITAL					
eTC nº	Objeto	Montante (R\$)	Órgão	Relator	Situação
0002632021	EDITAL DE CREDENCIAMENTO SME/COSERVIDIAL – Numel Nº 002/2020 PROCESSO SEI 6016.2020/0104386-5 CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ESCOLAR INDIVIDUAL AOS ESTUDANTES MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	R\$ 128.590.764,37	SME	MF	Concluída
0013832021	Chamamento público nº 19/SME/2020, que visa a realização de Termo de Colaboração para o oferecimento de atividades de cultura, esporte, lazer e recreação nos 12 (doze) CEUs, bem como a manutenção, vigilância, limpeza destes aparelhos públicos	R\$ 433.458.664,29	SME	MF	Concluída
0017062021	Edital de credenciamento SME/CONSERVIDIAL nº 01/2020, cujo objeto é o credenciamento de pessoas jurídicas para fornecimento de uniforme escolar aos estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino.	R\$ 250.589.572,10	SME	MF	Concluída
0016612021	Acompanhamento do Edital de Pregão Eletrônico nº 002/SMDHC/2021 REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS.	R\$ 106.020.000,00	SMDHC	ET	Concluída
0017822021	Acompanhamento do Edital de Pregão Eletrônico nº 01/SMADS/2021 Registro de preço visando futura e oportuna aquisição de cesta de suprimento alimentar (cesta básica) destinadas à população vítima de calamidade pública e situação de vulnerabilidade, em razão da pandemia por "coronavírus", atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).	R\$ 207.444.000,00	SMADS	ET	Concluída
0017982021	Contratação de empresa para execução, mediante contratação por ATA de Registro de preços, de limpeza, remoção de resíduos, incluindo transporte em local designado pela Prefeitura de São Paulo, benfeitorias e segurança patrimonial de áreas reintegralizadas.	R\$ 101.179.781,73	AMLURB	RB	Concluída
0053142021	Acompanhamento do Edital de Chamada Pública Nº 001/2021-SMS.G/SEMARP/CPCS. Objeto: Gerenciamento e execução de ações e serviços em unidades de saúde da rede assistencial da Supervisão Técnica de Saúde Santana/Tucuruvi/Jaçanã/ Tremembé.	R\$ 241.785.054,24	SMS	ET	Concluída
0053182021	Acompanhamento do Edital de Chamada Pública Nº 002/2021-SMS.G/SEMARP/CPCS. Objeto: gerenciamento e execução de ações e serviços em unidades de saúde da rede assistencial e do Hospital Bela Vista da Supervisão Técnica de Saúde Santa Cecília, Supervisão Técnica de Saúde Sê e Coordenadoria de Assistência Hospitalar.	R\$ 338.194.300,44	SMS	ET	Concluída
0092752021	S10- Edital Concorrência nº 002/2021/SGM-SEDP - PPP Terminais - Parceria Público-Privada na modalidade Concessão administrativa para administração, manutenção, conservação, exploração comercial e requalificação dos Terminais de ônibus vinculados ao sistema de transporte coletivo urbano de passageiros na cidade de São Paulo. ID Licitação: 1502922.	R\$ 6.220.800.000,00	SGM	DD	Concluída
0101722021	Acompanhamento do Edital de Pregão Eletrônico nº 386/2021-SMS.G Registro de preços para o fornecimento de LUYA, PROCEDIMENTO, BORRACHA NITRILICA, AMBIDESTRA, USO ÚNICO.	R\$ 159.946.466,39	SMS	ET	Concluída
0113922021	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, implantação, operação, gerenciamento de central de atendimento e gestão de atendimento receptivo e ativo nas formas eletrônica e humana, bem como plataforma tecnológica e serviços técnicos especializados para o fornecimento, implantação, operação, manutenção e gestão de solução multicanal integrada, de atendimento e gerenciamento do relacionamento com o cidadão e digitalização de serviços públicos da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), contemplando suporte técnico, treinamento e todos os recursos logísticos, materiais, humanos e tecnológicos necessários à prestação dos serviços de atendimento e relacionamento da PMSP.	R\$ 382.932.080,00	SMIT	MF	Concluída
0116512021	Chamamento público SME nº 05/2021 (antigo 19/SME/2020) Objeto: Parceria na modalidade de Termo de Colaboração para o oferecimento de atividades de cultura, esporte, lazer e recreação em 12 (doze) CEUs.	R\$ 322.677.586,43	SME	MF	Concluída
0118382021	Edital do pregão eletrônico nº 49/SME/2021 Registro de preços para aquisição de leite em pó integral em atendimento aos beneficiários do Programa Leve Leite – ALUNOS MATRICULADOS E CANDIDATOS A VAGA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (RME)	R\$ 174.069.000,00	SME	MF	Concluída
0120642021	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e distribuição de benefício de auxílio alimentação, na forma CARTÃO ELETRÔNICO, MAGNÉTICO OU DE TECNOLOGIA SIMILAR com senha pessoal e intransferível vinculado ao CPF do pai, mãe ou o responsável legal pelo aluno regularmente matriculado nas escolas da Prefeitura do Município de São Paulo para especificamente adquirir e fazer o pagamento de gêneros alimentícios em supermercados, supermercados, mercados, mercearias, padarias, comércio de laticínios e/ou frios, açougues, peixarias, hortimercado, armazéns e assemelhados, a fim de complementar a alimentação dos bebês, crianças e estudantes regularmente matriculados nas unidades educacionais diretas e parceiras da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.	R\$ 386.807.534,45	SME	MF	Concluída
0130342021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CANALIZAÇÃO DE CÔRREGO ASSOCIADA À IMPLANTAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE AMORTECIMENTO DE CHEIAS E ALTEAMENTO DAS TRAVESSIAS DAS PONTES DO RIBEIRÃO PERUS - ZONA NORTE, SÃO PAULO/SP.	R\$ 166.549.678,88	SIURB	ET	Concluída
0137592021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA CONSULTIVA PARA O APOIO AO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO, ABRANGENDO AS ETAPAS DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E OBRAS, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA PÚBLICA E URBANA, CONDOMINIAL E DE EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS DE INTERESSE SOCIAL (HIS) NA CIDADE DE SÃO PAULO, SOB A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB.	R\$ 197.392.269,26	SEHAB	DD	Concluída
0140242021	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA COM MANUTENÇÃO CORRETIVA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, INSTALAÇÕES, DESINSTALAÇÕES, REMANEJAMENTOS E EXECUÇÃO DE PROJETOS EM REDE DE TELEFONIA, LÓGICA E ELÉTRICA, COMPREENDENDO, AINDA, O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS GPON (GIGABIT PASSIVE OPTICAL NETWORK), PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.	R\$ 134.002.227,22	PRODAMSP	MF	Concluída
0145682021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ACESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA, NOS TERMOS DOS INCISOS III E IV DO ART. 13 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, À COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CRF, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE NÚCLEOS URBANOS SOB A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – SEHAB.	R\$ 158.679.079,23	SEHAB	DD	Concluída
0157522021	FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA COM FINALIDADE DE READEQUAÇÃO EM QUADRA POLIESPORTIVA, PARA 96 ESCOLAS DENTRO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.	R\$ 112.285.637,83	SIURB	ET	Concluída
0157752021	Trata-se de Acompanhamento de Edital - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/SMSUB/COGEL/2021 que tem como objetivo o Registro de Preços para prestação de serviços de apoio a fiscalização para remoção de comércio, estabelecimentos e atividades irregulares, no Município de São Paulo.	R\$ 207.510.096,70	SMSUB	RB	Concluída
0157772021	Concorrência nº 003/SMSUB/COGEL/2021 - Registro de Preços para a prestação de serviços de pavimentação de calçadas na Cidade de São Paulo, inseridas no plano emergencial de calçadas – PEC 2019, submetidas exclusivamente ao tráfego de pedestres ou tráfego leve de veículos, quando da entrada dos mesmos junto aos lotes.	R\$ 320.960.654,19	SMSUB	RB	Concluída
0158952021	REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE: SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, REPARAÇÕES, ADAPTAÇÕES, REQUALIFICAÇÕES E MODIFICAÇÕES DE SEGUNDO ESCALÃO, DE ACORDO COM O DECRETO Nº 29.929/91 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, EM PRÓPRIOS MUNICÍPIOS, E EM LOCOS ONDE A EXECUÇÃO DESTES SERVIÇOS SEJA DE RESPONSABILIDADE DA MUNICIPALIDADE DE SÃO PAULO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE PRIMEIRA LINHA E MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA REGIME DE EXECUÇÃO	R\$ 101.750.000,00	SIURB	ET	Concluída
0158682021	Acompanhamento do Edital de Chamamento Público nº 003/2021-SMS/SERMAP-CPCS Objeto: Gerenciamento e execução de ações e serviços em unidades de saúde da rede assistencial da Supervisão Técnica de Saúde Santo Amaro/Cidade Ademar e do Hospital Integrado Santo Amaro da Coordenadoria de Assistência Hospitalar.	R\$ 532.089.499,80	SMS	ET	Concluída

ACOMPANHAMENTO - EDITAL

e/TC nº	Objeto	Montante (R\$)	Órgão	Relator	Situação
0163942021	Contratação de empresa para a prestação de serviços de Lavanderia com Locação de Enxoval, nos padrões determinados pela CONTRATANTE, envolvendo o processamento de roupas e tecidos em geral em todas as suas etapas, desde sua utilização até seu retorno em adequadas condições de reuso, sob situações higiênicas-sanitárias, para as Unidades Educacionais (UEs), pertencentes à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, dividido em 13 lotes.	R\$ 310.716.726,00	SME	MF	Concluída
0165882021	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA DA CIDADE DE SÃO PAULO INCLUINDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE FRESAGEM DE PAVIMENTO ASFÁLTICO, APLICAÇÃO DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO, SERVIÇOS DE REFORÇO ESTRUTURAL PONTUAL DO PAVIMENTO ASFÁLTICO E DE RECUPERAÇÃO DA DRENAGEM SUPERFICIAL DAS VIAS.	R\$ 998.840.000,00	SMSUB	RB	Concluída
0166582021	Pregão Eletrônico nº 82/SME/2021 Objeto da licitação: Registro de preços para contratação de empresa para locação de sensores para um Sistema Integrado de monitoramento no âmbito da rede de Unidades Escolares sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo, cujas características e especificações técnicas encontram-se descritas nos Anexos deste Edital.	R\$ 570.024.323,38	SME	MF	Concluída
0167822021	Edital de Pregão Eletrônico nº 85/SME/2021 Objeto da licitação: Contratação de empresa fornecedora de meio de pagamento eletrônico, objetivando gerir os recursos públicos da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, destinados ao pagamento de fornecedores por ela previamente credenciados, em razão de transações relacionadas aos benefícios dos auxílios referentes aos Programas Uniforme e Material Escolar, descritas ao longo deste instrumento, pelo período de 24 meses.	R\$ 746.671.418,82	SME	MF	Concluída
0165932021	PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA. [...] realização de Audiência Pública no dia 19 de novembro 2021 e a abertura de Consulta Pública a fim de se obter, até o dia 30 de novembro de 2021, contribuições da sociedade para a estruturação do projeto de concessão dos serviços de gestão, operação, manutenção, exploração, revitalização e expansão dos 22 (vinte e dois) cemitérios e crematórios públicos e da prestação de serviços funerários no município de São Paulo, nos termos das informações constantes dos documentos 053807640 e 053906037, e Justificativa Técnica 053837061.	R\$ 6.568.430.000,00	SGM		Concluída
0173472021	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, REPARAÇÃO, ADAPTAÇÃO, MODIFICAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO EM EMPREENDIMENTOS E IMÓVEIS SOB GESTÃO DA COHAB-SP, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE PRIMEIRA LINHA E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, NOS TERMOS DAS ESPECIFICAÇÕES QUE INTEGRAM O EDITAL E SEUS ANEXOS.	R\$ 449.018.636,82	COHABSP	DD	Concluída
0177562021	EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/SME/2021 Aquisição de kits de brinquedos educativos pedagógicos, para os bebês e crianças de 0 a 7 anos matriculados nas Unidades Educacionais da PMSP, em atendimento ao projeto intitulado "Minha Brinquedoteca", bem como a aquisição de kits de brinquedos educativos que comporão os materiais pedagógicos/brinquedos educativos das unidades educacionais de Educação Infantil e 1os e 2os anos do Ensino Fundamental.	R\$ 305.657.933,91	SME	MF	Concluída
0178722021	Edital de Pregão Eletrônico nº 105/SME/2021 Objeto da licitação: Contratação de empresa fornecedora de meio de pagamento eletrônico, objetivando gerir os recursos públicos da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, destinados ao pagamento de fornecedores por ela previamente credenciados, em razão de transações relacionadas aos benefícios dos auxílios referentes aos Programas Uniforme e Material Escolar, descritas ao longo deste instrumento, pelo período de 24 meses.	R\$ 746.671.418,82	SME	MF	Concluída
0179752021	PREGÃO ELETRÔNICO 107/SME/2021 Aquisição de títulos para o Acervo Inicial das Unidades Educacionais Parceiras e Indiretas da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino; títulos para o Acervo Complementar das Unidades Educacionais da Educação Infantil (Rede Direta, Indireta e Parceira) e de Ensino Fundamental, Médio e CIEJAs da Rede Municipal de Ensino	R\$ 195.327.507,18	SME	MF	Concluída
Total		22.277.071.912,48			

ACOMPANHAMENTO - LICITAÇÃO

e/TC nº	Objeto	Montante (R\$)	Órgão	Relator	Situação
0033662020	S10- Concorrência 02/2018/CET - Sinalização Viária Horizontal, Vertical, dispositivos de proteção e serviços complementares. Determinação às fls. 491 e 653 do TC 5358/2018.	R\$ 194.585.339,88	CET	ET	Concluída
0141462021	Concorrência nº EC002/2021/SGM-SEDP para formação de Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade de concessão administrativa objetivando a administração, manutenção, conservação, exploração comercial e requalificação dos terminais de ônibus vinculados ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros da Cidade de São Paulo. Despacho	R\$ 6.220.800.000,00	SGM	DD	Em andamento
Total		6.415.385.339,88			

ACOMPANHAMENTO - CONTRATO DE GESTÃO

e/TC nº	Objeto	Montante (R\$)	Órgão	Relator	Situação
0082512021	Acompanhamento de Execução do CG Emergencial nº 002/2020-SMS.G/AHM Objeto: Implantação, gerenciamento e execução de serviços de saúde de 150 leitos de terapia intensiva adulto e 30 leitos de internação clínica no Hospital Municipal da Vila Brasilândia, com vistas ao enfrentamento da pandemia pelo Coronavírus.	R\$ 253.467.041,32	SMS	ET	Concluída
Total		253.467.041,32			

ACOMPANHAMENTO - EXECUÇÃO CONTRATUAL

e/TC nº	Objeto	Montante (R\$)	Órgão	Relator	Situação
0125992019	Controle de Inundações - Riacho Ipiranga. CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS OU CONSÓRCIO DE EMPRESAS PRÉ-QUALIFICADAS NO PROCEDIMENTO DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO 001/14/SIURB, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARA CONTROLE DE INUNDAÇÕES PARA A BACIA DO RIACHO IPIRANGA.	R\$ 159.864.170,39	SIURB	DD	Concluída
0210002019	EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA DE SANEAMENTO, PROTEÇÃO AMBIENTAL E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS EM ÁREAS DEGRADADAS DE MANANCIAL HÍDRICO DAS BACIAS GUARAPIRANGA E BILLINGS, URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS PRECÁRIOS - LOTE 05, NO ÂMBITO DA COORDENADORIA DE HABITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SEHAB, INTEGRADA PELA SUPERINTENDÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR - HABI, PELO PROGRAMA MANANCIAIS E PELO DEPARTAMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTO DO SOLO - RESOLO.	R\$ 382.121.895,08	SEHAB	DD	Concluída
0078132020	S10- Contrato 008/SMT/2020 - Concessão onerosa para exploração, por particulares, do serviço de estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do Município de São Paulo (Concorrência 001/SMT/2019).	R\$ 2.327.763.021,67	SMT	ET	Em andamento
0041072021	Contrato nº 418/SME/2020, tendo por objeto a aquisição de 465.500 (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos) unidades de dispositivos móveis portáteis do tipo tablet para atendimento à demanda da Coordenação Pedagógica da SME.	R\$ 437.570.000,00	SME	MF	Concluída
0051602021	Contrato de Concessão nº 01/SEME/2019 Concessão da prestação dos serviços de modernização, gestão, operação e manutenção do Complexo do Pacaembu, nos termos do contrato e respectivos anexos, e ainda, a outorga do potencial adicional de construção na área da concessão.	R\$ 752.409.974,07	SEME	DD	Concluída
0055572021	Contrato de Concessão nº 057/SVMA/2019 - Concessão para a prestação dos serviços de gestão, operação e manutenção dos parques Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, bem como a execução de obras e serviços de engenharia.	R\$ 1.338.103.615,56	SVMA	DD	Concluída
0099992021	OBJETO: Contratação de empresa fornecedora de meio de pagamento eletrônico, objetivando gerir os recursos públicos da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, destinados ao pagamento de fornecedores por ela previamente credenciados, em razão de transações relacionadas às atividades da Rede Municipal de Ensino, pelo período de 12 (doze) meses.	R\$ 139.750.000,00	SME	MF	Concluída
Total		5.537.582.676,77			

ANÁLISE - CONTRATO

eTC nº	Objeto	Montante (R\$)	Órgão	Relator	Situação
0130302020	Execução de obras do programa de mobilidade urbana, compreendendo a execução das obras do empreendimento 10 - Terminal Rodoviário Urbano - Itaquera.	R\$ 417.004.341,89	SIURB	JA	Concluída
0001092021	S10 - Contrato 23/2020/SMTUR Inexigibilidade Realização GP SP Fórmula 1	R\$ 100.000.000,00	SMRI	ET	Concluída
0015512021	Análise do Termo de Contrato nº 057/2020-SMS-1/CONTRATOS Contratação de empresa especializada em serviços logísticos para operação em almoxarifados, bem como a gestão de solução de automação nos pontos de consumo que contemplem a reposição periódica dos itens consumidos à Central de Distribuição de Medicamentos e Correlatos: almoxarifado central de medicamentos e materiais - CDMEC. (Análise do Termo de Contrato e do TA nº 01/2020)	R\$ 143.699.997,00	SMS	ET	Concluída
0029682021	Aquisição de 465.500 unidades de DISPOSITIVOS MÓVEIS PORTÁTEIS DO TIPO TABLET para atendimento à demanda da Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, atendendo as Unidades Educacionais de Ensino Fundamental, Médio e CIEJA da SME.	R\$ 437.570.000,00	SME	MF	Concluída
0034292021	Contrato de Concessão nº 057/SVMA2019 - Concessão para a prestação dos serviços de gestão, operação e manutenção dos parques Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, bem como a execução de obras e serviços de engenharia.	R\$ 1.338.103.615,56	SVMA	DD	Concluída
0090392021	S10- Contrato CCN/GCO 014/21/SPTuris - COMPLEXO ANHEMBI - Concessão com outorga onerosa, compreendendo a reforma, gestão, manutenção, operação e exploração, por particulares.	R\$ 4.265.844.898,00	SPTuris	ET	Concluída
0127232021	Parceria Público-Privada para Concessão Administrativa destinada à Implantação de Habitações de Interesse Social e de Mercado Popular na Cidade de São Paulo, acompanhada de Infraestrutura Urbana, Equipamentos Públicos, Empreendimentos Não Residenciais Privados e da Prestação de Serviços que especifica. Modalidade: Concessão Administrativa	R\$ 135.905.000,00	COHABSP	DD	Concluída
0127252021	Parceria Público-Privada para Concessão Administrativa Destinada à Implantação de Habitações de Interesse Social e de Mercado Popular na Cidade de São Paulo, acompanhada de Infraestrutura Urbana, Equipamentos Públicos, Empreendimentos Não Residenciais Privados e da Prestação de Serviços que especifica. Modalidade: Concessão Administrativa	R\$ 348.017.000,00	COHABSP	DD	Concluída
0127262021	Parceria Público-Privada para Concessão Administrativa Destinada à Implantação de Habitações de Interesse Social e de Mercado Popular na Cidade de São Paulo, acompanhada de Infraestrutura Urbana, Equipamentos Públicos, Empreendimentos Não Residenciais Privados e da Prestação de Serviços que especifica. Modalidade: Concessão Administrativa	R\$ 215.278.000,00	COHABSP	DD	Concluída
Total		7.401.422.852,45			

ANÁLISE - LICITAÇÃO

eTC nº	Objeto	Montante (R\$)	Órgão	Relator	Situação
0107242020	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELA, INCLUINDO A CANALIZAÇÃO DO CÔRREGO ANTONICO, REMOÇÃO DE CONSTRUÇÕES EM ÁREAS DE RISCO E FRENTE DE OBRA E IMPLANTAÇÃO DE PARQUE LINEAR, NO ASSENTAMENTO PRECÁRIO DENOMINADO PARAISÓPOLIS, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.	R\$ 110.974.452,92	SEHAB	DD	Concluída
0130282020	Contratação de empresas ou consórcio de empresas pré-qualificados no procedimento da Pré-Qualificação Nº 010/2012, para a execução das obras do EMPREENDIMENTO 10 – TERMINAL VIÁRIO URBANO, TERMINAL INTERMUNICIPAL E/OU RODOVIÁRIO – ITAQUERA, integrante do Programa de Mobilidade Urbana	R\$ 161.167.000,00	SPObras	JA	Concluída
0090392021	S10- Concorrência 01/2020/SPTuris - COMPLEXO ANHEMBI - Concessão com outorga onerosa, compreendendo a reforma, gestão, manutenção, operação e exploração, por particulares.	R\$ 4.265.898.000,00	SPTuris	ET	Concluída
Total		4.538.039.452,92			

ANÁLISE - EXECUÇÃO CONTÁBIL/FINANCEIRA

eTC nº	Objeto	Montante (R\$)	Órgão	Relator	Situação
0011742014	Execução de obras do programa de mobilidade urbana, compreendendo a execução das obras do empreendimento 10 - Terminal Rodoviário Urbano - Itaquera.	R\$ 417.004.341,89	SIURB	JA	Concluída
Total		417.004.341,89			

ANÁLISE - TERMO ADITIVO / RETI-RATIFICAÇÃO

eTC nº	Objeto	Montante (R\$)	Órgão	Relator	Situação
0136912020	TA nº 011/2021 ao CG nº 024/2020-SMS.GCPCS	R\$ 226.873.897,14	SMS	ET	Concluída
0136912020	TA nº 014/2021 ao CG nº 024/2020-SMS.GCPCS	R\$ 113.427.302,56	SMS	ET	Concluída
Total		340.301.199,70			

AUDITORIA PROGRAMADA

eTC nº	Objeto	Montante (R\$)	Órgão	Relator	Situação
0015092021	Avaliar a regularidade e a legalidade do Reequilíbrio Contratual, realizado com a participação da FIA, na retomada do Contrato nº 003/SMSO/2018.	R\$ 7.238.400.000,00	SMSUB	JA	Concluída
Total		7.238.400.000,00			

SECRETARIA GERAL

Senhor Secretário

Em obediência ao artigo 5º da Resolução nº 04/2021, segue a prestação de contas do Plano Anual de Fiscalização (PAF) de 2021.

1. INTRODUÇÃO

Os efeitos causados da pandemia de COVID-19 ainda puderam ser observados no ano de 2021, em especial no que se refere às adaptações necessárias para dar continuidade ao trabalho de controle externo exercido pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP). Ao mesmo tempo, o ano foi marcado pelo avanço da vacinação contra o coronavírus, o que proporcionou um retorno gradual de atividades presenciais e fiscalizações *in loco*.

Nesse cenário, a Subsecretaria de Fiscalização e Controle (SFC) deu continuidade a diversos projetos de aprimoramento das execuções das fiscalizações, entre eles a disponibilização do novo Manual de Auditoria Governamental – Princípios Gerais, lançado em maio/2021, aderente às Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), e a realização de treinamentos com as equipes de auditoria para aplicação das diretrizes do documento.

Com as equipes adaptadas aos métodos de trabalho e respeitando as orientações das autoridades de saúde, foi possível executar no decorrer do ano o conjunto de fiscalizações com temas variados previstos no PAF 2021, bem como avançar em projetos de aperfeiçoamento do controle externo, conforme mais bem detalhado a seguir.

2. PRINCIPAIS FISCALIZAÇÕES DE 2021

No decorrer de 2021 as Coordenadorias da SFC desenvolveram diversas fiscalizações, e entre as mais importantes podem ser destacadas as que seguem, apresentadas conforme o objeto, objetivos, principais resultados e benefícios potenciais quando foi possível avaliar.

2.1. Coordenadoria I

Os principais trabalhos desenvolvidos pela Coordenadoria I foram relacionados ao Programa de Metas 2021-2024, Projeto de Lei Orçamentária Anual 2022, e a gestão financeira e orçamentária da PMSP, incluindo o impacto das ações emergenciais relacionadas à pandemia de Covid-19 no orçamento municipal. A seguir são apresentados os detalhamentos das fiscalizações.

➤ TC 7528/2021

- **Objeto:** Programa de metas 2021-2024.
- **Objetivo:** Verificar se o programa de metas estava compatível com a legislação aplicável e com os demais instrumentos de planejamento.
- **Principais resultados:** Foi identificado risco de não implementação das metas em razão dos custos de cada uma delas não estarem devidamente mensurados, inconsistências entre as metas fixadas no programa frente a diretrizes constantes da campanha eleitoral, do plano diretor estratégico e de indicadores do plano plurianual, e apesar da previsão de instituição de endereço eletrônico destinado ao acompanhamento do programa de metas, a publicação do desempenho dos indicadores será, no mínimo, a cada seis meses e através de um relatório de execução anual, havendo espaço para aperfeiçoamento da prestação de contas.
- **Benefícios potenciais:** Aperfeiçoamento do processo de fixação e controle das metas pela PMSP e sociedade, visando garantir sua realização e estabelecer a confiança no pacto social constituído entre os cidadãos e o poder público.

➤ TC 12012/2021

- **Objeto:** Gestão financeira e orçamentária da PMSP - 2021.
- **Objetivos:** Analisar a evolução financeira/orçamentária do primeiro semestre de 2021; avaliar o impacto das ações emergenciais relacionadas à pandemia de Covid-19 no orçamento municipal no primeiro semestre 2021; e avaliar a administração financeira dos recursos, a evolução das disponibilidades e a capacidade de

solvência da PMSP frente às obrigações de curto prazo, com base na tendência verificada em períodos anteriores e no cenário macroeconômico.

- **Principais resultados:** Apesar de a PMSP apresentar situação financeira confortável no curto prazo, análise de tendência demonstrou que a dinâmica das receitas arrecadadas e despesas pagas, considerando os dados do primeiro semestre de 2021, demonstra uma evolução negativa para as finanças do Município no médio prazo. A comparação do primeiro de semestre de 2020 com período similar do ano em curso evidencia que a despesa paga pela fonte “tesouro municipal”, em termos nominais, aumentou 20,6% enquanto que a receita arrecadada subiu apenas 12,5%.
- **Benefícios potenciais:** Projeção de cenários financeiros que permitam à PMSP antecipar eventuais desajustes fiscais e, em sendo o caso, adotar providências que mitiguem a concretização de tal risco.

➤ **TC 14889/2021**

- **Objeto:** Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2022.
- **Objetivo:** Verificar se o projeto de lei estava compatível com a legislação e normas aplicáveis e com os demais instrumentos de planejamento, e se as receitas e despesas foram razoavelmente projetadas.
- **Principais resultados:** Foi identificada fixação orçamentária de valor simbólico (R\$ 1.000,00) em centenas de ações, o que torna inviável a concretização das prioridades previstas no § 2º, art. 8º da Lei 17.595/2021 (LDO 2022); o § 2º do art. 7º do PLOA representa afronta ao princípio da exclusividade e infringe o inciso VI do art. 167 da CF ao autorizar o Poder Executivo a transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária e em créditos adicionais, sem autorização legislativa específica.

- **Benefícios potenciais:** Aprimoramento do processo de planejamento e controle do orçamento público, por meio da apresentação de informações relevantes aos parlamentares integrantes da Comissão de Orçamento e Finanças da CMSP, que permitam avaliar a vedação à prática das “janelas orçamentárias” e da fixação de limite fictício para alterações do orçamento, entre outros aspectos.

2.2. Coordenadoria II

Assim como a área da Saúde, a área de Educação dedicou a maior parte da força de trabalho para atender as demandas relacionadas à pandemia, tanto por meio das fiscalizações como em trabalhos em conjunto com outras entidades como segue no detalhamento.

2.2.1. Fiscalizações

➤ TC 1475-2021

- **Objeto:** Inspeção - Avaliação Diagnóstica e Recuperação da Aprendizagem.
- **Objetivo:** Verificar os resultados alcançados na Prova Diagnóstica aplicada na Rede Municipal de Ensino em novembro/dezembro de 2020, as diretrizes e os procedimentos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação para a recuperação de aprendizagem em 2021 e a existência de mecanismos de busca ativa aos alunos.
- **Principais resultados:** Durante o período de isolamento social, os professores do Projeto de Apoio Pedagógico (PAP) foram orientados a manterem sua atuação centrada nos estudantes com maiores dificuldades de aprendizagem, já diagnosticados como público-alvo do projeto, bem como aqueles alunos que apresentaram dificuldades no decorrer do tempo. Foram mapeados estudantes que não conseguiram acessar a Plataforma Google Sala de Aula ou que não utilizaram o material “Trilhas de Aprendizagem”. Os resultados da

avaliação diagnóstica realizada em novembro/dezembro de 2020 também foram utilizados para a reorganização do PAP, bem como para todo o plano de ação da escola, que inclui os processos de recuperação paralela e contínua. Verificou-se ainda que não há procedimento de busca ativa para crianças e adolescentes que deveriam estar matriculados nos ensinos fundamental e médio.

➤ **TC 12729/2021**

- **Objeto:** Ensino Público.
- **Objetivo:** Avaliar preliminarmente, em pequeno número de unidades escolares, aspectos relacionados ao protocolo de volta às aulas, para subsidiar/justificar futura auditoria, em especial: a) controle do distanciamento social dos alunos; e b) práticas de higiene, voltadas à prevenção do contágio pela COVID-19.
- **Principais resultados:** Observou-se que há regras de distanciamento social e higiene, de forma que não se vislumbra pontos de risco significativos.

➤ **TC 15053/2021**

- **Objeto:** Ensino Público - Auditoria programada - Creches - Controle e Transparência.
- **Objetivo:** Verificar se os procedimentos adotados para controle das prestações de contas das creches parceiras, realizado pela Administração Direta, são aderentes às disposições constantes dos arts. 53 a 66 da Portaria SME 4.548/2017.
- **Principais resultados:** A auditoria concluiu que não há controle efetivo. Em 76,9% dos processos, não foi formalizada prestação de contas pelas organizações parceiras, e nos demais casos, a apresentação se deu de forma extemporânea – infringência ao art. 62, I, da Portaria 4.548/2017 (item 3.3). Em 84,6% dos processos da amostra não foi identificado parecer técnico conclusivo, contrariando o disposto no art. 66 da Portaria 4.548/2017 (item 3.3). Em 30,8% dos casos analisados (4 CEIs da amostra) não foi instaurado

procedimento de tomada de contas especial; e mesmo nos demais processos, nos quais foi instaurado processo compatível com a tomada de contas especial, os prazos previstos na legislação para implantação do procedimento não foram observados, em infringência ao art. 62, § 1º, da Portaria 4.548/2017.

➤ **TC 15054/2021**

- **Objeto:** Ensino Público - Creches - Vagas fantasma.
- **Objetivo:** Verificar se o processo de antecipação de matrículas realizado por Secretaria Municipal de Educação (SME) no fim de 2020 ocasionou desrespeito à legislação vigente e matriculou bebês e crianças em quantidade superior às dimensões das salas, ao número de professores e à quantidade de professores e de ambientes.
- **Principais resultados:** Quanto aos testes realizados na amostra selecionada para o presente trabalho, concluiu-se que há bebês e crianças matriculados em vagas que não atendem à legislação vigente quanto às dimensões das salas, aos agrupamentos por ambiente, ao número de educandos por turma e à quantidade de turmas e de professores.

➤ **TC 5308/2021**

- **Objeto:** Ensino Público - Acompanhamento do Plano Municipal de Educação.
- **Objetivo:** avaliar a execução de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação, nos termos da Portaria SME nº 7.972/2016.
- **Principais resultados:** Existem, atualmente, desafios para a efetiva implementação da sistemática de monitoramento e avaliação do PME, nos termos da Portaria SME nº 7.972/2016, fato que pode comprometer sua efetividade, sobretudo quanto ao acompanhamento das ações desenvolvidas ao longo da vigência do Plano para o cumprimento das diretrizes, metas e estratégias nele contidas (transparência), elevando o risco – ao abrir mão de instrumento de

acompanhamento dessa natureza – de que o PME, publicado depois de extenso processo de elaboração participativa, torne-se peça meramente formal.

➤ **TC 5160/2021**

- **Objeto:** Execução Contratual - Contrato de Concessão nº 01/SEME/2019 - Concessão da prestação dos serviços de modernização, gestão, operação e manutenção do Complexo do Pacaembu, nos termos do contrato e respectivos anexos, e ainda, a outorga do potencial adicional de construção na área da concessão.
- **Principais resultados:** não há evidências da efetiva atuação dos fiscais nomeados na fiscalização do Contrato de Concessão 01/SEME/2019, em descumprimento dos preceitos dos artigos 3º e 5º do DM 54.873/2014.

2.2.2. Pesquisa Volta às Aulas

A pesquisa foi realizada com a finalidade de aproximar o TCMSP do usuário final da política de educação, além de criar um fluxo de informações primárias para a área de auditoria, Conselheiros e Secretaria Municipal de Educação.

Entre os meses de maio e julho de 2021 o TCMSP disponibilizou, de forma inédita, uma pesquisa *on-line* dirigida às mães, pais ou responsáveis pelos alunos matriculados nas escolas da rede pública municipal da cidade de São Paulo, com o objetivo de coletar informações sobre as condições de ensino oferecidas durante a pandemia de COVID-19. Na pesquisa foram abordados os seguintes temas:

- Distribuição e utilização de *tablets*;
- Novo modelo de distribuição de uniformes e materiais escolares;
- Acesso ao cartão alimentação;
- Aprendizagem;
- Cumprimento do protocolo sanitário;
- Limpeza das escolas.

Um dos benefícios observados foi que, após a divulgação dos resultados preliminares da pesquisa, que apontavam a existência de dificuldades para a

liberação dos valores para a aquisição de uniformes e materiais escolares, a SME realizou mutirões¹ para atualização cadastral e tirar dúvidas sobre a utilização dos aplicativos Mercado Pago e BluPay.

2.2.3. Projetos em parceria com outras instituições

a) Permanência Escolar na Pandemia

Esse trabalho foi realizado em parceria com o CTE-IRB, Iede e Tribunais de Contas². O estudo procurou verificar a adesão dos estudantes às atividades de ensino propostas, a frequência às aulas, as práticas adotadas pelas redes de ensino para evitar o abandono e a evasão escolares e identificar ações que ajudaram a garantir a manutenção do vínculo entre os alunos e as escolas. Ao longo da pesquisa, surgiu a necessidade de avaliar ainda a gestão, sistematização e organização dos dados dos estudantes pelos estabelecimentos de ensino.

b) Projeto Integrar

O Projeto Integrar foi lançado em maio de 2018, em decorrência da celebração de acordo de cooperação entre o Tribunal de contas da União (TCU) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), tendo como objetivo a produção de estudos visando o aperfeiçoamento do controle externo de políticas públicas descentralizadas, de modo a induzir a maiores impactos e melhorias na ação governamental.

Como resultado, identificaram-se práticas, modelos e instrumentos utilizados para a construção de estratégia coordenada para aprimorar o planejamento dos Tribunais de Contas brasileiros (TCs) nas etapas de seleção de objetos e de ações de controle, conferindo-se maior ênfase aos principais desafios nacionais de governança multinível e aos riscos que têm afetado os resultados esperados das políticas públicas descentralizadas.

¹ Disponível em:

<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prefeitura-de-sp-faz-mutirao-cadastral-nos-46-ceus-nos-proximos-dois-sabados-para-auxiliar-familias-sobre-compra-de-materiais-e-uniforme-escolar/>

² <https://atricos.org.br/estudo-revela-a-adesao-dos-estudantes-as-atividades-de-ensino-durante-a-pandemia>.

A metodologia para a seleção de objetos e ações de controle em face de políticas públicas descentralizadas que subsidiará o projeto piloto de fiscalização – cuja fase inicial é descrita neste relatório – foi exemplificada a partir de indicadores de resultados da política pública de educação, orientando-se em três instrumentos sequenciais:

1. Análise de modelo lógico, para compreensão da política;
2. Elaboração de painel de indicadores, para mapeamento da criticidade associada aos resultados da política; e
3. Construção de narrativas, para identificação de riscos.

A área da educação foi selecionada como base para a construção participativa dos referenciais e modelos do projeto e, por esse motivo, tem orientado os estudos e as pesquisas empreendidos para o desenvolvimento dos produtos e do planejamento da fiscalização-piloto (prevista para ocorrer em 2022).

c) IRB – Gestão Democrática

Foi aplicado um questionário para identificar a situação da gestão democrática nas escolas municipais, pois além de contar nas metas 7 e 19 do PNE, a gestão democrática está expressa no art. 206, inciso VI, da Constituição brasileira e no art. 3º da Lei Federal 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

2.3. Coordenadoria III

Destacam-se as seguintes fiscalizações realizadas pela Coordenadoria III em 2021:

➤ TC 1728/2021

- **Objeto:** Pessoal - Atos de Pessoal - Cargos em Comissão
- **Objetivo:** Verificar a regularidade dos atos de pessoal (Cargos em Comissão), analisando a documentação relativa ao ingresso no cargo, como também se há desvio de função na utilização do cargo.
- **Principais resultados:** há secretarias com elevado número de cargos em comissão, superior a 50% do quadro de pessoal; desvio de função de cargos em comissão, exercendo atribuições exclusivas de

cargos efetivos; leis municipais que criam cargos em comissão não descrevem suas atribuições de forma clara e objetiva;

➤ **TC 1727/2021**

- **Objeto:** Atos de pessoal (Acúmulo de Cargos)
- **Objetivo:** Examinar os controles relacionados às acumulações legais de cargos, empregos e funções públicas dos servidores ocupantes de cargos efetivos da PMSP.
- **Principais resultados:** A verificação do acúmulo, na maioria das secretarias, é realizada somente no momento de ingresso do servidor; não há rotinas de cruzamento de informações com outros entes da federação para verificação de acúmulos de cargos; verificação de acúmulo de cargos irregulares de acordo com a legislação vigente.

➤ **TC 10133/2020**

- **Objeto:** Execução Contratual (Mercado Santo Amaro)
- **Objetivo:** Verificar se o termo contratual está sendo executado de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas no ajuste.
- **Principais resultados:** Regular quanto ao pagamento das outorgas; embora o consórcio não venha cumprindo o cronograma de obras apresentado, é intempestivo afirmar que ocorrerá atraso na conclusão da Fase I-B.

➤ **TC 4877/2021**

- **Objeto:** Adiantamentos
- **Objetivo:** Análise voltada para a possível existência de fornecedores em comum para o mesmo objeto.
- **Principais resultados:** Faltam instrumentos e práticas que possibilitem o controle acerca da repetição de prestadores/fornecedores e da reincidência dos prestadores de serviços em meses consecutivos, o que pode configurar fracionamento de despesas; faltam instrumentos e práticas que

possibilitem o controle acerca do preço dos serviços e materiais adquiridos, o que pode levar ao cometimento de ato de improbidade administrativa que gera lesão ao erário.

➤ **TC 11392/2021**

- **Objeto:** Acompanhamento de Edital (serviço 156)
- **Objetivo:** Verificar a regularidade do edital examinado quanto aos aspectos de legalidade, formalidade e de mérito.
- **Principais resultados:** Inicialmente, o edital não reuniu condições de prosseguimento, sendo apontados 23 itens de esclarecimentos/melhorias pela auditoria, que foram todos superados após a republicação do edital

2.4. Coordenadoria IV

No período de 2021 a Coordenadoria IV continuou dedicando a maior parte dos recursos para atender as demandas relacionadas à pandemia, especialmente aquelas oriundas de processos de representações apresentadas ao TCMSP. Mas podem ser destacadas fiscalizações relacionadas a diversos temas, como os que seguem:

➤ **TCs 001661/2021 e 001782/2021**

- **Objeto:** Acompanhamento do Edital de Pregão Eletrônico nº 002/SMDHC/2021 e Acompanhamento do Edital de Pregão Eletrônico nº 01/SMADS/2021 - Registros de preço visando futura e oportuna aquisição de cesta de suprimento alimentar (cesta básica) destinadas à população vítima de calamidade pública e situação de vulnerabilidade, em razão da pandemia.
- **Objetivo:** Verificar a regularidade do edital examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.
- **Principais resultados:** Ausência de embasamento para composição de itens e quantidade de cestas estimadas, desconformidades das pesquisas de preços em relação aos Termos de Referência, potencial duplicidade de objeto entre as duas licitações.

- **Benefícios potenciais:** Houve significativa redução do valor anual estimado para o PE nº 01/SMADS/2021, de R\$ 207.444.000, para R\$ 113.721.600.

➤ **TC 000427/2021**

- **Objeto:** Inspeção com vistas à coleta e análise de dados quanto à aplicação de testes RT-PCR realizados no município de São Paulo.
- **Principais resultados:** Foram identificadas fragilidades no processo de planejamento e gestão de testes RT-PCR, falta de estimativa de demanda projetada considerando os possíveis cenários de evolução da pandemia, ausência de planos de contingência objetivos, fragilidade e falta de atualização da pesquisa de preços para estabelecimento do preço máximo a ser pago pelas Organizações Sociais que possuem contratos de gestão firmados junto à SMS.
- **Benefícios potenciais:** Aprimoramento do processo de planejamento a fim de evitar descontinuidade dos serviços de testagem, maior eficiência e controle dos gastos realizados para aquisição de testes RT-PCR com recursos públicos.

➤ **TC 016080/2021**

- **Objeto:** Inspeção com escopo de se verificar a regularidade relativa às ações da SMS em face da prestação de serviços de saúde pelas unidades da operadora *Prevent Senior* durante a pandemia de COVID-19.
- **Principais resultados:** Foram identificados atrasos e falta de informações nas notificações realizadas pela operadora no sistema SIVEP-Gripe, inconsistências de registros entre os sistemas SIVEP-Gripe e PROAIM quanto a testes positivos para COVID e *causa mortis* constantes da declaração de óbito, pacientes notificados na rede que apresentaram óbito em outras unidades, parte dos quais com evolução identificada como “cura”, ausência de banco de dados das pesquisas científicas envolvendo seres humanos realizadas no município, e fragilidades nos controles de

inconsistências identificadas na atividade de vigilância epidemiológica.

- **Benefícios potenciais:** Melhoria da qualidade das informações para fins da atividade de vigilância epidemiológica exercida pela Covisa, instituição de banco de dados sobre pesquisas realizadas com seres humanos, e subsídio técnico para investigações em curso relacionadas ao tema.

➤ **TCs 001551/2021 e 001552/2021**

- **Objeto:** Análise e Acompanhamento de Execução do Termo de Contrato nº 057/2020-SMS-1/CONTRATOS - Contratação de empresa especializada em serviços logísticos para operação em almoxarifados, bem como a gestão de solução de automação nos pontos de consumo que contemplem a reposição periódica dos itens consumidos à Central de Distribuição de Medicamentos e Correlatos: almoxarifado central de medicamentos e materiais – CDMEC.
- **Objetivos:** verificar se o termo contratual estava sendo executado de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas no ajuste, e verificar a regularidade do ato examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e de mérito.
- **Principais resultados:** falta de indicação da quantidade disponível de cada medicamento no aplicativo “Aqui Tem Remédio”, falta de cobertura de seguro, falta de documentos de suporte e relatórios dos serviços de transporte efetuados e da apuração do Indicador de Nível de Serviço.
- **Benefícios potenciais:** melhoria do serviço e da disponibilização de informações assistenciais para a população, bem como melhor controle da execução de gastos públicos.

➤ **TCs 006423/2021 e 006429/2021**

- **Objeto:** Análise e Acompanhamento de Execução do Termo de Contrato Emergencial nº 055/2021/SMS-1/CONTRATOS - Aquisição

com instalação, em caráter emergencial, de Usina Geradora de Oxigênio, visando atender às necessidades das Unidades de Saúde da Cidade de São Paulo.

- **Objetivos:** verificar se o termo contratual estava sendo executado de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas no ajuste, e verificar a regularidade do ato examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e de mérito.
- **Principais resultados:** falta de justificativa para as unidades selecionadas para instalação das usinas e para a capacidade de produção instalada em cada local, alterações dos locais de instalação sem formalização de aditamento, falta de comprovação de instalação em parte das usinas por meio de termo de recebimento ou de registro fotográfico, descumprimento do prazo de entrega sem aplicação de penalidades.
- **Benefícios potenciais:** maior eficiência na alocação de recursos públicos, garantir o fiel cumprimento das cláusulas pactuadas no termo contratual, e a penalização dos descumprimentos constatados.

➤ **TC 008251/2021**

- **Objeto:** Acompanhamento de Execução do CG Emergencial nº 002/2020-SMS.G/AHM - Implantação, gerenciamento e execução de serviços de saúde de 150 leitos de terapia intensiva adulto e 30 leitos de internação clínica no Hospital Municipal da Vila Brasilândia, com vistas ao enfrentamento da pandemia pelo coronavírus.
- **Objetivo:** Verificar se a execução estava de acordo com o Plano de Trabalho bem como a regularidade da prestação de contas.
- **Principais resultados:** ausência/intempestividade de acompanhamento pelas instâncias de controle da SMS (CTA e CAF), irregularidades nas prestações de contas por ausência de documentação comprobatória, falta de segregação de recursos em conta específica, despesas não relacionadas ao objeto do Contrato

de Gestão, entre outros, déficit de contratação de pessoal, atrasos na entrega de leitos.

- **Benefícios potenciais:** Ressarcimento de despesas irregulares, saneamento das falhas para cumprimento das cláusulas contratuais visando melhoria do atendimento à população, aprimoramento dos controles internos para melhor fiscalização dos recursos públicos aplicados pelas organizações sociais.

➤ **TCs 005323/2021 e 012963/2020**

- **Objeto:** Análise e Acompanhamento de execução do Termo de Contrato nº 506/2019 - Contratação de empresa para execução de serviços e obras para reforma e ampliação do pronto socorro e ambulatório do Hospital do Servidor Público Municipal / instalação de ar condicionado central em áreas críticas do HSPM.
- **Objetivo:** Verificar se o termo contratual estava sendo executado de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas no ajuste; verificar a regularidade do ato examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e de mérito.
- **Principais resultados:** prorrogações sucessivas da entrega do objeto, morosidade na conclusão do objeto contratual, em razão de mão-de-obra insuficiente, falta de melhores tratativas entre contratante e contratada, e execução de serviços com problemas de qualidade, implicando retrabalho e transtornos aos usuários do Hospital.
- **Benefícios potenciais:** maior agilidade na entrega da reforma, que está sendo executada com recursos de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e a penalização pelos descumprimentos de prazo e problemas de qualidade na execução contratual.

2.5. Coordenadoria V

A seguir são apresentadas as principais fiscalizações realizadas pela Coordenadoria V em 2021, com destaque em especial os Acompanhamentos de Edital relacionados ao Programa de Desestatização da PMSP e os Acompanhamentos da Execução dos Novos Contratos dos Transportes.

➤ TC 3322/2021

- **Objeto:** Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito (FMDT).
- **Objetivo:** Verificar se os recursos recebidos foram aplicados no objeto de sua vinculação e se os controles são adequados.
- **Principais resultados:** Foi constatado expressivo valor de multas não inscritas em Dívida Ativa passíveis de prescrição no montante de valor de R\$ 7,7 bilhões; o Município aplicou R\$ 1,78 bilhão em multas de trânsito em 2020, sendo arrecadado R\$ 1,0 bilhão e postergado o recebimento de R\$ 781,2 milhões em razão de nova regulamentação federal durante a Pandemia; aplicação de recursos em despesas de pessoal da CET no montante de R\$ 729,4 milhões.
- **Benefícios potenciais:** Possível aumento de receita de multas de trânsito, a partir da inscrição dos valores em Dívida Ativa no estimado de R\$ 7,7 bilhões.

➤ TCs 16758/2021, 16759/2021 e 16760/2021

- **Objeto:** Acompanhamento de Execução dos Contratos de Concessão nºs SMT/020/2019 a SMT/051/2019 – prestação e exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros na cidade de São Paulo (trabalho em fase de finalização, mas aqui apresentado pela relevância do assunto).
- **Objetivo:** Verificar se os termos contratuais estão sendo executados de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas no ajuste.
- **Principais resultados:** Os resultados preliminares apontam deficiência grave da prestação dos serviços em razão de reiterados

descumprimentos de viagens programadas, horas operadas e quilometragem, em percentual em torno de 10%, com conseqüente prejuízo ao erário; sistemática de fiscalização, insuficiente, com penalidades desproporcional e irrisórias insuficientes para coibir os inadimplementos contratuais.

- **Benefícios potenciais:** Possível ressarcimento ao erário de valores significativos da ordem de dezenas de milhões de reais.

➤ **TC 9275/2021**

- **Objeto:** Acompanhamento de Edital - Concorrência nº 002/2021/SGM-SEDP de Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de concessão administrativa para administração, manutenção, conservação, exploração comercial e requalificação dos terminais de ônibus vinculados ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros da Cidade de São Paulo.
- **Objetivo:** Verificar a regularidade do edital examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.
- **Principais resultados:** Foi constatada justificativa insuficiente para a opção da concessão e do critério de julgamento; não há disposições ou elementos para que o Poder Público possa verificar a viabilidade técnica e econômica das propostas; previsão de utilização ilegal de recursos da Conta Sistema; a ausência de elementos do PNR e a ausência de simulações para comparar diferentes prazos e valores de contraprestação impedem a avaliação da adequação do prazo de 30 anos para a presente concessão; inconsistência no cálculo WACC; Plano de Negócios inadequado; ausência de informações quanto aos investimentos; falhas graves no sistema de mensuração de desempenho.
- **Benefícios potenciais:** Aprimoramento do modelo de contratação, mediante aperfeiçoamento dos Estudos Técnicos e do Plano de Negócios.

➤ **TCs 12931/2017, 12932/2017, 12933/2017, e 12.934/2017**

- **Objeto:** Acompanhamento de Execução Contratual - Serviços de fiscalização automática de trânsito e outros, com equipamento/sistema eletrônico – Radares Lotes 1 a 4. Valores:
Lote 1: R\$ 107.799.967,20
Lote 2: R\$ 143.300.000,00; Lote 3: R\$ 155.100.000,0 ; Lote 4: R\$ 123.484.176,60.
- **Objetivo:** Verificar se o termo contratual está sendo executado de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas no ajuste.
- **Principais resultados:** Restrição à visibilidade dos equipamentos de medição de velocidade, radares de velocidade, em desacordo com o §2º do artigo 4º da Resolução CONTRAN nº 396/2011; falta das atualizações dos Estudos Técnicos para aferir a eficácia dos equipamentos, em desacordo com §3º do art. 4º da Resolução CONTRAN nº 396/2011.
- **Benefícios potenciais:** Recomendações para melhoria dos contratos, mediante revisão dos pontos de instalação dos Radares para garantir a visibilidade dos equipamentos e inclusão de critérios específicos para limitar os descumprimentos e caracterização de inexecução do ajuste.

➤ **TC 8433/2018**

- **Objeto:** Acompanhamento de Edital - Pregão Presencial nº 002/SMT/2019 para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fiscalização automática de trânsito e fornecimento de dados de tráfego, com equipamento/sistema eletrônico no Município de São Paulo.
- **Objetivo:** Verificar a regularidade do edital examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.
- **Principais resultados:** A justificativa apresentada para a licitação foi considerada insatisfatória, em razão de: i) ausência do fator de

correlação entre os equipamentos instalados com suas respectivas capacidades de fiscalização de faixas de rolamento impede analisar se os quantitativos foram propriamente dimensionados; e ii) não há estudos técnicos que contemplem, no mínimo, variáveis como: tipo do equipamento, características do trecho da via, velocidade da via, números de acidentes, potencial de risco no local, entre outros, a fim de justificar a instalação de cada novo ponto de radar, em infringência ao art. 6º da Resolução 798/20 do CONTRAN.

- **Benefícios potenciais:** Aprimoramento de cláusulas essenciais do edital visando assegurar maior economicidade e competitividade do certame.

➤ **TC16151/2019**

- **Objeto:** Acompanhamento de Edital - Concorrência nº 009/SGM-SMTUR/2019 para Concessão onerosa de uso do Complexo de Interlagos para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração.
- **Objetivo:** Verificar a regularidade do edital examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.
- **Principais resultados:** Não constam nos autos os estudos realizados para estimar as receitas, os investimentos e os custos e despesas, com suas fontes e cálculos realizados para os 35 anos de concessão, o que infringe o art. 5º da LM 16.703/17; o projeto proposto não se enquadra nos modelos de concessão atualmente vigentes no ordenamento jurídico (LF 8.987/95 ou LF 11.079/04); infringência ao inc. XV do art. 18 da LF 8.987/95, pela ausência de elementos do projeto básico que permitam a plena caracterização das obras previstas no programa de intervenções.
- **Benefícios potenciais:** Aprimoramento do edital visando a garantia do interesse público, mediante a correção das distorções apontadas pela Auditoria.

Além desses trabalhos, destacam-se as seguintes fiscalizações relacionadas às medidas de combate à COVID-19:

Quadro 01 - Fiscalizações relacionadas ao combate à pandemia

TC n°	Tipo	Objeto
5.451/2020	Manifestação	Avaliação dos Impactos sobre as medidas adotadas pelo Poder Público na área de Mobilidade Urbana no combate à Covid-19.
7.462/2020	Representação	Fiscalização para verificar se houve aumento do subsídio do transporte público no Município de São Paulo e se tais recursos foram aplicados na manutenção de postos de trabalho e das linhas durante a pandemia.
7.737/2020	Inspeção	Acompanhamento dos impactos da pandemia (COVID-19) na operacionalização dos novos Contratos da Concessão do Transporte Coletivo Público de Passageiros do município de São Paulo.
14.145/2021	Acompanhamento	Contrato 23/2020/SMTUR Realização GP SP Fórmula 1.
11.405/2021	Representação	Acompanhamento dos impactos da pandemia (COVID-19) na operacionalização dos novos Contratos da Concessão do Transporte Coletivo Público de Passageiros do município de São Paulo.

Fonte: Coordenadoria V e e-TCM

2.6. Coordenadoria VI

Destacamos as seguintes fiscalizações finalizadas em 2021:

➤ TC 1798/2021

- **Objeto:** Acompanhamento de Edital - “registro de preços para contratação de empresa para execução de limpeza, remoção de resíduos, incluindo transporte em local designado pela Prefeitura de São Paulo, benfeitorias e segurança patrimonial de áreas reintegradas” - Valor estimado R\$ 101 milhões.
- **Objetivo:** Verificar a regularidade do edital examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.
- **Principais resultados:** A análise concluiu que o Edital não reunia condições de prosseguimento, especialmente por que boa parte dos serviços que compõem o objeto não guardava pertinência com as atividades típicas da autarquia de limpeza pública e ultrapassam os limites da sua competência, invadindo competência das

Subprefeituras e de outras Secretarias Municipais, e por sobreposição de diversos serviços com contratos vigentes geridos pelas Subprefeituras e com contratos de varrição e concessão de lixo da própria Amlurb. Além disso, verificou-se sobrepreço no orçamento estimado, correspondente a 19% do valor estimado para a contratação.

➤ **TCs 4732/2021, 4734/2021, 4736/2021, 4738/2021, 4739/2021 e 4740/2021**

- **Objeto:** Análise dos aditivos das contratações de prestação de serviços indivisíveis de limpeza pública.
- **Objetivo:** Verificar a regularidade do ato examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e de mérito.
- **Principais resultados:** Foram analisados os aditivos ocorridos até 2020, referente aos Contratos nº 006/AMLURB/2019, 007/AMLURB/2019, 008/AMLURB/2019, 09/AMLURB/2019, 010/AMLURB/2019, e 011/AMLURB/2019. Entre os achados, identificou-se o acréscimo de equipes com nova formação, sem previsão de quantitativos ou justificativa técnica, que desempenham predominantemente as mesmas funções das equipes já contratadas, gerando assim um desperdício estimado de R\$ 2,1 milhões por mês desde o início da vigência das alterações.

➤ **TC 14913/2020**

- **Objeto:** Despesas com lavagens (Covid-19) – Amlurb.
- **Objetivo:** Verificar a regularidade dos gastos (Contabilização, Legitimidade da documentação, Controles e Legalidade dos atos).
- **Principais resultados:** Foram verificados os gastos por indenização pagos por indenização por Amlurb para as empresas já contratadas para prestação de serviços indivisíveis de limpeza pública. Entre os principais achados, destacam-se o prejuízo ao erário de R\$ 6,8 milhões, bem como a ausência de alteração e remanejamento dos planos de trabalho correntes de varrição a fim de evitar aumento de despesa, visto que o isolamento social que, durante o período da

contratação, superava a taxa de 50%. Por fim, não há respaldo ou justificativa para a utilização de requisição administrativa para pagamento por indenização, medida excepcional e extrema, já que seria possível contratação por aditivo ou direta.

➤ **TC 7872/2021**

- **Objeto:** Análise da Contratação Direta da FESPSP – Amlurb.
- **Objetivo:** Verificar a regularidade do ato examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e de mérito.
- **Principais resultados:** A Análise evitou a contratação direta, no valor de R\$ 19 milhões, de serviços rotineiros de monitoramento, que consistiriam na continuidade da elaboração de painéis e relatórios que já são elaborados a partir da utilização de sistemas da própria Amlurb e de conhecimentos e ferramentas (incompletas) já expressamente transferidos à Amlurb. Tratar-se-ia da simples continuidade da contratação anterior, que resultou na entrega de serviços manuais de monitoramento da realização do serviço, sem efetiva adição de elementos tecnológicos, fornecendo atividades rotineiras de monitoramento presencial do serviço que deveriam ser realizadas pela própria Amlurb. Apesar de a Amlurb justificar a contratação na necessidade de construção um sistema de monitoramento digital dos contratos de varrição, constatou-se que o termo de referência (exatamente como o anterior, de 2019) não incluiu exigência de produção dessas ferramentas.

➤ **TCs 9660/2020 e 9661/2020**

- **Objeto:** Termo aditivo / Reti-ratificação Ampliação Coleta Seletiva s/n ao Contrato nº 27/SSO/2004 – Loga / Ampliação Coleta Seletiva s/n ao Contrato nº 26/SSO/2004 - Ecurbis
- **Objetivo:** Verificar a regularidade do ato examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e de mérito.
- **Principais resultados:** Houve tentativa, pela Amlurb, de ampliação da cobertura da coleta seletiva por meio de simples ordens de serviço

às concessionárias, com valor inicial estimado de R\$ 86 milhões. No entanto, em Auditoria quanto aos atos administrativos correspondentes, foram apontadas diversas irregularidades, que fizeram com que a própria Amlurb informasse que desistiu da ampliação e que cancelaria as ordens de serviço emitidas. Entre as irregularidades, destacaram-se: desconhecimento e indefinição dos custos efetivos da ampliação, ausência de demonstração de adequação técnica e de viabilidade econômica, e ausência de esclarecimento a respeito do fato de que a ampliação se referia, em alguns casos, a itens para os quais as concessionárias sequer haviam dado cumprimento ao que já era exigido pelo contrato.

➤ **TC 015737/2020**

- **Objeto:** Auditoria Operacional em ocupações irregulares em áreas proteção ambiental ou em desconformidade com o Plano Diretor da cidade de São Paulo.
- **Objetivo:** Avaliar o desempenho operacional dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas de ações de fiscalização frente às ocupações de áreas protegidas.
- **Principais resultados:** Foi constatado aumento percentual das áreas protegidas pelas legislações ambiental e urbana com ocupações irregulares, bem como uma generalizada ineficiência, ineficácia e inefetividade dos processos instaurados de fiscalização, desfazimento ou regularização de áreas ocupadas, atividades fins dos órgãos auditados.

➤ **TC 005950/2021**

- Objeto: Análise de Termo de Aditamento derivado do Contrato nº 201/SMSUB/COGEL/2020, firmado com Brasquímica Produtos Asfálticos Ltda., cujo objeto é o fornecimento de cimento asfáltico de petróleo - CAP 50 70, destinado à usinagem de concreto betuminoso usinado a quente - CBUQ, conforme determinação (e-TCM nº 005918/2021).

- **Objetivo:** Verificar a regularidade do ato examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e de mérito.
- **Principais resultados:** O trabalho apurou que as alterações nos preços unitários promovidas pelos Termos de Aditamento nº 3 e nº 4 ocasionaram desequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato nº 201/SMSUB/COGEL/2020, em favor da empresa contratada Brasquímica Produtos Asfálticos Ltda., acarretando superfaturamento e prejuízo ao erário de R\$ 6.059.242,73.

2.7. Coordenadoria VII

Entre os trabalhos mais relevantes executados pela Coordenadoria VII, listam-se os seguintes:

➤ **TC 016230/2020**

- **Objeto:** Representação em face do Edital do 1º Leilão da 6ª Distribuição Pública no Mercado de Balcão Organizado da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão relativamente à colocação primária de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC) de emissão da Operação Urbana Consorciada Água Espreada – Valor: R\$ 282 milhões.
- **Objetivo:** Garantir a regularidade / legalidade do leilão.
- **Principais resultados:** Aprovar o Valor mínimo da CEPAC de R\$ 2.175,37, em vez de R\$ 1.450,00 definido pela SPUrbanismo.

➤ **TC 1509/2021**

- **Objeto:** Iluminação Pública
- **Objetivo:** Avaliar a regularidade e a legalidade do Reequilíbrio Contratual, realizado com a participação da FIA, na retomada do Contrato nº 003/SMSO/2018 – PPP Iluminação Pública - valor R\$7.238,4 milhões.
- **Principais resultados:** Foram verificadas contas irregulares num total de R\$ 2,5 milhões, além de inúmeras desconformidades legais/técnicas.

➤ **TC 9314/2021**

- **Objeto:** Edital - prestação de serviços técnicos especializados em engenharia consultiva para apoio no gerenciamento, supervisão e assessoria técnica na implementação e execução dos programas e empreendimentos de infraestrutura urbana e edificações públicas, sob responsabilidade da SIURB, dividido em três lotes. Valor: R\$ 60 milhões.
- **Objetivo:** Verificar a regularidade do edital examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.
- **Principais resultados:** Foi identificada terceirização da mão de obra, contratação com sobrepreços de aproximadamente R\$ 20 milhões.

➤ **TC 15895/2021**

- **Objeto:** Edital Ata de RP Manutenção Predial SIURB – Valor R\$ 101 Milhões.
- **Objetivo:** Verificar a regularidade do edital examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.
- **Principais resultados:** Foram verificadas exigências ilegais e irregulares que levaram a orçamentações e contratações em valores acima dos preços de mercado.

➤ **TC 013759/2021**

- **Objeto:** Edital Gerenciamento SEHAB – Valor R\$ 180 Milhões.
- **Objetivo:** Verificar a regularidade do edital examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.
- **Principais resultados:** Foi verificada terceirização de atividade finalística da SEHAB, controles ineficientes, falta de projetos básicos, produzindo a contratações irregulares e dispendiosas.

➤ **TC 013406/2021**

- **Objeto:** Mobiliário urbano – auditoria extraplano.
- **Objetivo:** Análise técnica da revisão contratual quanto ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão nº 0141291600 - Manutenção e conservação de abrigos em ponto de parada de ônibus

ou em estações de embarque e desembarque e de pontos/totens indicativos de ponto de parada de ônibus existentes, bem como, a criação, confecção, instalação e manutenção de totens indicativos de pontos de parada de ônibus, abrigos em ponto de parada de ônibus e estações de embarque e desembarque. Valor: R\$ 573.136.728,57 (janeiro de 2012).

- **Principais resultados:** Foram identificadas inúmeras falhas apontadas na execução contratual, constatando-se inexecução de diversas obrigações: manutenção corretiva e preventiva dos abrigos, substituição dos contratados, etc.

➤ **TC 010287/2021**

- **Objeto:** Execução de obras de construção de empreendimento habitacional de interesse social e de uso misto, denominado Coliseu, no âmbito da Operação Urbana Consorciada Faria Lima. Valor R\$ 35 milhões.
- **Objetivo:** Verificar se os termos contratuais estavam sendo executados de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas no ajuste.
- **Principais resultados:** Foi verificada a execução muito atrasada, com o acompanhamento ainda não finalizado.

➤ **TC 010997/2021**

- **Objeto:** Edital - Contratação de Empresa para Execução das Obras e Serviços de Reforma e Adequações das Instalações Permanentes e da Pista e "Pit Lane" - Autódromo Municipal José Carlos Pace - Interlagos, visando à realização do 49º Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1. Valor: R\$ 80 milhões.
- **Objetivo:** Verificar a regularidade do edital examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito
- **Principais resultados:** Foi verificada execução muito atrasada, com o acompanhamento ainda não finalizado.

2.8. Coordenadoria VIII

Em 2021 a Coordenadoria VIII foi reestruturada a fim de harmonizar suas atividades com as atividades de planejamento e gestão de SFC. A reestruturação também adequou as atividades da coordenadoria diante da criação da UIE (Unidade de Informações Estratégicas) no final do mês de maio de 2021.

A Coordenadoria VIII recebeu o Grupo de Auditoria em Tecnologia da Informação (Gati) de SFC e, assim, passou a ser responsável pelos procedimentos e pelas fiscalizações que demandem conhecimentos especializados em Tecnologia da Informação e Ciência de dados.

As fiscalizações mais especializadas de SFC (Coordenadoria VIII - Gati) na área de TI obtiveram diversos resultados relevantes e que foram destaque, por exemplo: “Atuação do TCMSP em editais da Secretaria de Educação gera um benefício estimado de R\$ 94,7 milhões”³.

Dentre os trabalhos mais relevantes destacamos:

➤ TC 11274/2020

- **Objeto:** Contrato nº 418/SME/2020, tendo por objeto a aquisição de 465.500 (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos) unidades de dispositivos móveis portáteis do tipo *tablet*.
- **Objetivo:** Acompanhamentos de edital e execução contratual (entrega dos equipamentos).
- **Principais resultados:** Os auditores da Coordenadoria 8 - Gati atuaram no acompanhamento do edital contribuindo para melhorias das especificações técnicas e participaram de diversas Mesas Técnicas. Dentre os aprimoramentos realizados. Os auditores solicitaram providências que resultaram num benefício estimado de R\$ 94,7 milhões. Outro destaque importante foi a aplicação da LGPD a fim de que o edital e os instrumentos contratuais fossem aderentes

³ Disponível em: <https://portal.tcm.sp.gov.br/Pagina/23546>

à Lei e protegessem os dados sensíveis dos alunos da Rede Municipal de Ensino.

➤ **TC 13372/2020**

- **Objeto:** Edital do pregão eletrônico nº 63/SME/2020 - a licitação teve por objeto a contratação de serviço de acesso à Internet Móvel 3G e 4G através do Serviço Móvel Pessoal – SMP, para 465.500 (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos) *tablets*, para atendimento à demanda da Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, atendendo as Unidades Educacionais de Ensino Fundamental, Médio e CIEJA da SME.
- **Objetivo:** Acompanhamentos de edital e execução contratual (entrega e configuração dos chips).
- **Principais resultados:** Os auditores da Coordenadoria 8 - Gati atuaram no acompanhamento do edital contribuindo para melhorias das especificações técnicas e participaram de diversas Mesas Técnicas e outras reuniões com a equipe técnica da Cotic/SME. Outro destaque importante foi a aplicação da LGPD pelos auditores de TI a fim de que o edital e os instrumentos contratuais fossem aderentes à Lei e protegessem os dados sensíveis dos alunos da Rede Municipal de Ensino no que concerne ao acesso à internet móvel 3G e 4G.

➤ **TC 11392/2021**

- **Objeto:** Pregão Eletrônico nº 08/SMIT/2021, Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (Smit), para a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, implantação, operação, gerenciamento de central de atendimento e gestão de atendimento receptivo e ativo nas formas eletrônica e humana.
- **Objetivo:** acompanhamento do edital.
- **Principais resultados:** Os auditores da Coordenadoria 8 - Gati atuaram no acompanhamento do edital contribuindo para melhorias das especificações técnicas e participaram de diversas Mesas

Técnicas e outras reuniões com a equipe técnica da Smit. Nesse trabalho também foi aplicada a LGPD pelos auditores de TI a fim de que o edital e os instrumentos contratuais fossem aderentes à Lei para proteção dos dados pessoais dos munícipes.

3. ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

3.1. Cumprimento do Plano Anual de Fiscalização – PAF 2021

Ao longo de 2021, a SFC destinou à sua atividade-fim 15.884,9 DUSFs, 4% acima do previsto no PAF. Desconsiderando as análises e manifestações de aposentadorias e pensões, a quantidade de fiscalizações realizada supera a previsão em 63%.

Em relação aos resultados alcançados, cabe destacar que, no final do exercício, constata-se nas áreas da SFC a existência de diversas fiscalizações de diferentes modalidades que estão em estágio avançado de execução, mas cujas quantidades e valores só serão computados após o seu encerramento, que ocorrerá nos primeiros dias de 2021, não tendo sido, dessa forma, considerados na presente prestação de contas.

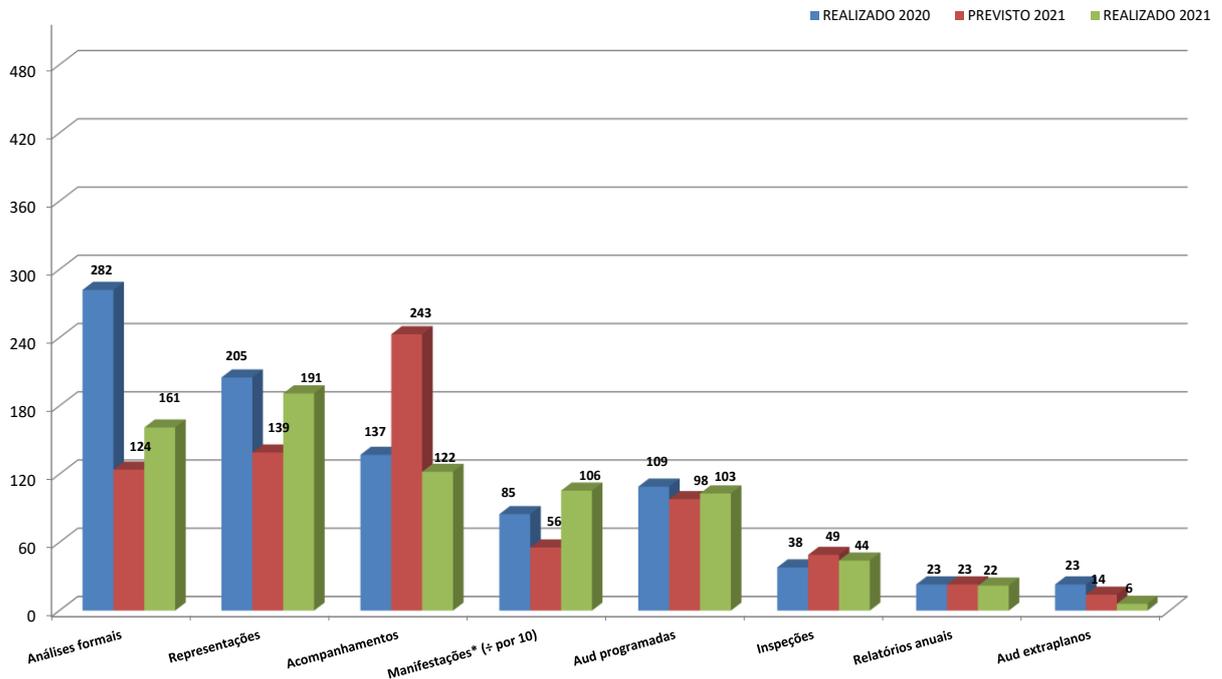
Quadro 2 - Fiscalizações previstas e realizadas em 2021

Tipo de atividade	Quantidade				DUSFs			
	Prev.	Real.	%	Real-prev	Prev.	Real.	%	Real-prev
Auditoria programada	98	103	5%	5	3.226	3.222,2	0%	-3,8
Auditoria extraplano	14	6	-57%	-8	320	309,0	-3%	-11,0
Auditoria operacional	1	0	-100%	-1	40	99,1	148%	59,1
Auditoria transversal	1	0	-100%	-1	495	38,3	-92%	-456,7
Acompanhamentos	236	117	-50%	-119	4.015	2.538,7	-37%	-1.476,3
Acompanhamento - Diálogo	7	5	-29%	-2	65	54,5	-16%	-10,5
Análise	124	155	25%	107	577	833,0	44%	256,0

Análise de adiantamento	0	6	-	108	0	0,0	-	0,0
Apoio técnico	23	288	1152%	109	833	737,6	-11%	-95,4
Informações gerais	19	30	58%	11	580	267,3	-54%	-312,7
Inspecções	49	44	-10%	-5	739	708,7	-4%	-30,3
Manifestações	493	959	95%	466	2.336	3.972,2	70%	1.636,2
Manifestações sobre Editais	62	96	55%	34	155	547,9	253%	392,9
Relatórios Anuais	23	22	-4%	-1	458	467,3	2%	9,3
Representações	139	191	37%	52	405	504,0	24%	99,0
Retorno	59	174	195%	0	245	720,3	194%	475,3
Subtotal	1.348	2.196	63%	848	14.489	15.020,1	4%	531,1
Análise de Apos. e Pensões	4.262	3.776	-11%	-486	620	741,8	20%	121,8
Manif.de Apos. e Pensões	2.170	606	-72%	-1.564	155	123,0	-21%	-32,0
Total	7.780	6.578	-15%	-1.202	15.264	15.884,9	4%	620,9

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Consulta de tarefas

Gráfico 1 - Principais fiscalizações previstas e realizadas em 2021



Fonte: ÁTOMO-PANORAMA.

3.2. Distribuição dos recursos por tipo de fiscalização

Três atividades responderam por 65% da força de trabalho da SFC. São elas: manifestações (29% - incluindo aposentadorias e pensões), auditorias programadas (20%) e acompanhamentos (16%). Em 2020, as mesmas atividades respondiam por 56% do total, sendo 23% de manifestações 16% acompanhamentos e 17% de auditorias programadas.

Quando a base de comparação é a previsão do PAF, observa-se uma razoável manutenção da participação de cada atividade no consumo de DUSFs. A produção da SFC em cada modalidade de fiscalização será melhor analisada nos subitens a seguir.

Quadro 3 - Distribuição dos DUSFs por modalidade de fiscalização no PAF 2021

Tipo de fiscalização	Qtde				DUSFs				
	Planej	%	Realiz.	%	Planej	%	Realiz.	%	Var part %
Aud. programada (exerc. ant.)	65	1%	90	1%	1.959	13%	2.503,3	16%	23%
Aud. programada (exerc. atual)	33	0%	13	0%	1.267	8%	719,0	5%	-45%
Total de auditoria programada	98	1%	103	2%	3.226	21%	3.222,3	20%	-4%
Auditoria extraplano	14	0%	6	0%	320	2%	309,0	2%	-7%
Auditoria operacional	1	0%	0	0%	40	0%	99,1	1%	138%
Auditoria transversal	1	0%	0	0%	495	3%	38,3	0%	-93%
Acompanhamentos	236	3%	117	2%	4.015	26%	2.538,7	16%	-39%
Acompanhamento - Determinações	7	0%	5	0%	65	0%	54,5	0%	-19%
Análise	124	2%	155	2%	577	4%	833,0	5%	39%
Análise de adiantamento	0	0%	6	0%	0	0%	0,0	0%	-
Apoio técnico	23	0%	288	4%	833	5%	737,6	5%	-15%
Informações gerais	19	0%	30	0%	580	4%	267,3	2%	-56%
Inspeções	49	1%	44	1%	739	5%	708,7	4%	-8%
Manifestações	493	6%	959	15%	2.336	15%	3.972,2	25%	63%
Manifestações sobre Editais	62	1%	96	1%	155	1%	547,9	3%	240%
Relatórios Anuais	23	0%	22	0%	458	3%	467,3	3%	-2%
Representação	139	2%	191	3%	405	3%	504,0	3%	20%
Retorno	59	1%	174	3%	245	2%	720,3	5%	183%
Subtotal	1.348	17%	2.196	33%	14.489	95%	15.020,2	95%	0%
Análise de Apos. e Pensões ⁽¹⁾	4.262	55%	3.776	57%	620	4%	741,8	5%	15%
Manif.de Apos. e Pensões	2.170	28%	606	9%	155	1%	123,0	1%	-24%

Total	7.780	100%	6.578	100%	15.264	100%	15.885,0	100%	0%
--------------	--------------	------	--------------	------	---------------	------	-----------------	------	-----------

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Desdobramento do PAF & Consulta de tarefas

3.3. Comparação com exercícios anteriores

As análises de aposentadorias e pensões tiveram uma participação expressiva na produção de SFC. Entretanto, é importante lembrar que esses processos produtivos estão encapsulados e são realizados apenas pela Coordenadoria de Fiscalização e Controle III.

Assim, a análise dos resultados de SFC deve ser feita de duas formas: uma verificando-se os resultados das análises de aposentadorias e pensões; e a outra verificando-se os resultados dos demais processos produtivos, que são realizados por todas as Coordenadorias, com exceção da C-VIII, que trabalha precipuamente com projetos voltados à Tecnologia da Informação.

De acordo com o quadro 3, as análises de aposentadorias e pensões foi reduzida em 43%. Essa redução pode ser atribuída ao contexto da pandemia, tendo em vista que essas análises são realizadas em processos físicos.

Quadro 4 - Evolução das fiscalizações entre 2012 e 2021

Tipo de fiscalização	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		Var 2021-2020		Var. 2021 / média 2012-2020	
	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Prev.	Real.										
Aud. progr. (Ex. Ant.)	81	92	82	106	86	97	83	103	75	115	65	96	65	90	0%	-6%	-16%	-6%
Aud. program. (Ex. atual)	47	21	43	22	48	24	92	31	79	17	53	13	33	13	-38%	0%	-45%	-47%
Tot. aud. Progr.	128	113	125	128	134	121	175	134	154	132	118	109	98	103	-17%	-6%	-28%	-14%
Auditoria extraplano	14	20	13	21	20	32	18	23	18	14	14	23	14	6	0%	-74%	-13%	-72%
Auditoria operacional									1	2	2	1	1	0	-50%	-100%	-50%	-100%
Acompanhamentos	200	133	182	184	334	226	363	202	244	174	221	137	243	122	10%	-11%	5%	-30%
Análise	268	233	197	403	516	356	418	288	272	165	179	272	124	155	-31%	-42%	-57%	-46%
Análise de adiantamento	103	292	97	180	37	64	39	32	32	36	0	11	0	6	-	-45%	-100%	-96%
Análise de apos.e pensões	3.500	3.539	2.680	4.369	4.440	5.949	5.912	6.421	7.050	9.425	8.850	6.583	4.262	3.776	-52%	-43%	6%	-19%

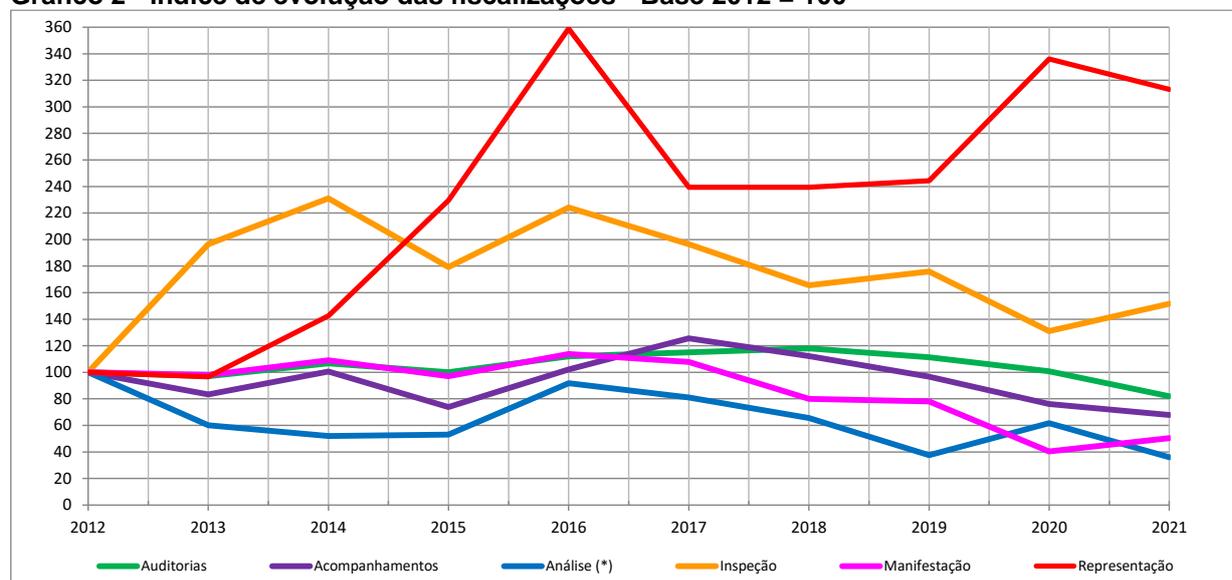
Apoio Técnico	0	35	0	41	0	238	0	205	0	169	7	223	23	288	229%	29%	-66%	71%
Informações gerais	36	28	23	45	0	38	12	30	9	9	9	19	19	30	111%	58%	-28%	-18%
Inspeção	41	52	47	65	126	57	87	48	61	51	58	38	49	44	-16%	16%	-18%	-15%
Manifestação *	1.448	3.195	1.577	3.747	3.936	3.550	2.876	2.633	2.112	2.571	1.406	1.109	2.725	1.661	84%	25%	23%	-45%
Relatórios Anuais	21	23	25	24	24	23	25	26	29	23	24	23	23	22	-4%	-4%	-4%	-4%
Representação	53	140	77	219	189	146	147	146	122	149	134	205	139	191	4%	-7%	36%	42%
Retorno									0	35	23	159	59	174	157%	9%	161%	79%
Total	5.812	7.803	5.043	9.426	9.756	10.800	10.072	10.188	10.104	12.955	11.022	8.753	7.779	6.578	-30%	-28%	8%	-26%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA.

* Inclui aposentadorias e pensões

Por fim, a série histórica com a evolução da produção da SFC a partir de 2012 (ano base) é apresentada no gráfico a seguir. Observa-se que, naturalmente, os números não levam em consideração o conteúdo ou a complexidade dos trabalhos realizados, cujos exemplos são apresentados no item 2 deste relatório de prestação de contas.

Gráfico 2 - Índice de evolução das fiscalizações - Base 2012 = 100



Fonte: ÁTOMO-PANORAMA.

(*) Todas as análises exceto adiantamentos e aposentadorias e pensões.

3.4. Origem das Fiscalizações

Conforme Resolução nº 04/2021. As origens das fiscalizações são apresentadas no quadro a seguir.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO 2021 - Período de Realização: De 01/2021 a 12/2021



Quadro 5 - Origem das Fiscalizações - PAF 2021

FONTE	Tipo de Fiscalização	PAF Obrigatório	Iniciativa Conselhoheiros						Iniciativa Plenário	Lista de Prioridades Conselhoheiros						Lis. Pri. SFC	Ouvidoria	Ministério Público	PAF	Iniciativa SFC	N.I.	Total			
			DD		ET		JA			MF		RB		DD	ET								JA	MF	RB
			DD	ET	JA	MF	RB	DD		ET	JA	MF	RB												
P	Auditorias Programadas	89	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	103	
P	Relatórios Anuais	23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24	
C	Aposentadorias	2168	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25	
P	Pensões	2094	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	37	
P	Representações	139	45	31	1	48	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	38	1	191

FONTE	Tipo de Fiscalização	PAF Obrigatório	Iniciativa Conselhoheiros						Iniciativa Plenário	Lista de Prioridades Conselhoheiros						Lis. Pri. SFC	Ouvidoria	Ministério Público	PAF	Iniciativa SFC	N.I.	Total								
			DD		ET		JA			MF		RB		DD	ET								JA	MF	RB					
			DD	ET	JA	MF	RB	DD		ET	JA	MF	RB																	
P	Manifestações	493	191	269	91	168	161	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17	2	46	6	0	954
P	Manifestações sobre Editais	62	25	43	1	11	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	2	0	95
P	Manifestações AP, PE e AD	2170	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	606

FONTE	Tipo de Fiscalização	PAF Obrigatório	Iniciativa Conselhoheiros						Iniciativa Plenário	Lista de Prioridades Conselhoheiros						Lis. Pri. SFC	Ouvidoria	Ministério Público	PAF	Iniciativa SFC	N.I.	Total									
			DD		ET		JA			MF		RB		DD	ET								JA	MF	RB						
			DD	ET	JA	MF	RB	DD		ET	JA	MF	RB																		
P	Análises de Adiantamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6		
P	Informações Gerais	19	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5	0	19	30
P	Acomp. Determinações / Diálogo	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	5	

FONTE	Tipo de Fiscalização	PAF Obrigatório	Iniciativa Conselhoheiros						Iniciativa Plenário	Lista de Prioridades Conselhoheiros						Lis. Pri. SFC	Ouvidoria	Ministério Público	PAF	Iniciativa SFC	N.I.	Total								
			DD		ET		JA			MF		RB		DD	ET								JA	MF	RB					
			DD	ET	JA	MF	RB	DD		ET	JA	MF	RB																	
C8	Fiscalização de TI	5	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12
P	Auditorias Operacionais	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P	Auditorias Transversais	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

FONTE	Tipo de Fiscalização	PAF Obrigatório	Iniciativa Conselhoheiros						Iniciativa Plenário	Lista de Prioridades Conselhoheiros						Lis. Pri. SFC	Ouvidoria	Ministério Público	PAF	Iniciativa SFC	N.I.	Total								
			DD		ET		JA			MF		RB		DD	ET								JA	MF	RB					
			DD	ET	JA	MF	RB	DD		ET	JA	MF	RB																	
CP	Acompanhamento	236	32	33	0	8	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	146
CP	Análise	124	17	41	4	3	7	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	192
CP	Auditoria Extraplano	14	1	0	1	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	9	
CP	Inspeção	49	8	8	2	11	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	43	

Fontes das informações:

- P Relatório de Prestação de Contas - Sistema Panorama - Fiscalizações Concluídas até 31/12/2021, independente da data de início
- C Relatório de Consulta de Tarefas - Sistema Panorama - Fiscalizações com início previsto entre 01/01/2021 e 31/12/2021
- CP Relatório de Prestação de Contas - Sistema Panorama - Fiscalizações com início previsto entre 01/01/2021 e 30/12/2021
- C8 Dados sobre as fiscalizações de TI foram fornecidos pela Coordenadoria 8

3.4.1. Origem das fiscalizações de Iniciativa comum

Os quadros a seguir apresentam os quantitativos de fiscalizações iniciadas em 2021 e os limites de quantidades estabelecidos pelo art. 3º, §4º e pela Tabela 2 da Resolução nº 04/2021, relativos às fiscalizações de iniciativa comum.

Os dados foram obtidos da consulta de tarefas e dos Relatórios de Prestação de Contas do sistema Átomo. Diferentemente dos quadros anteriores, que se baseiam nas tarefas concluídas para somar os quantitativos realizados, os quadros a seguir apresentam os quantitativos de tarefas abertas, não canceladas, com início previsto entre 01/01/2021 e 31/12/2021.

Observação: não estão somadas nos quadros 5 e 6, as tarefas em estoque, ou seja, aquelas já determinadas, mas ainda não programadas. Essas melhorias ainda serão implementadas nos relatórios do sistema Panorama.

Quadro 6 - Origem das determinações por conselheiro Relator - Iniciativa Comum

Tipo de Fiscalização	DD	ET	JA	MF	RB	Limite por Conselheiro
Acompanhamento	32	33	0	8	8	24
Análise	17	20	4	3	6	12
Auditoria extraplano	1	0	1	2	0	1
Inspeção	7	2	2	8	2	5
Total	57	55	7	21	16	42

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA. Foram Excluídas análises com o Objeto "denúncia" e "auxílio/subvenção".

Quadro 7 - Origem das determinações – Iniciativa Comum

Tipo de Fiscalização	Total Conselheiros	Limite Total Conselheiros (40%)	Lista de Prioridades Iniciativa Relator	Lista de Prioridades Iniciativa SFC	Total Lista Prioridades	Limite Lista de Prioridades (50%)	Total SFC	Limite SFC (10%)
Acompanhamento	81	96	0	11	11	118	3	22
Análise	50	4	0	0	0	7	11	3
Auditoria extraplano	4	48	0	1	1	62	1	14
Inspeção	21	20	0	0	0	24	3	5
Total	156	168	0	12	12	211	18	44

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA.

Cumpra registrar que estão consideradas as fiscalizações determinadas em decorrência da situação excepcional relativa à pandemia do novo coronavírus. Essa ocasião proporcionou um aumento de demanda em áreas específicas, especialmente as relativas à Função Saúde.

3.5. Concomitância das fiscalizações

Para o cálculo do indicador de concomitância são somadas as fiscalizações do tipo Acompanhamento (todos), Representações Concomitantes, Inspeções Concomitantes e Manifestações de Editais de Licitação. O valor é então dividido pelo total de fiscalizações realizadas no ano (exceto aposentadorias e pensões).

Isso porque, na avaliação da concomitância da fiscalização as aposentadorias e pensões alteram sensivelmente os resultados, haja vista a sua enorme quantidade em relação aos outros produtos. Como tais processos produtivos encontram-se encapsulados na Coordenadoria III, tais processos não são computados no indicador de concomitância.

Assim, analisando-se os resultados de todos os outros produtos, o percentual de concomitância em 2021 foi de 34%, considerando-se o número de fiscalizações

realizadas, e de 29%, quando o cálculo é feito com base nos DUSFs consumidos. Em ambos os casos as metas para o exercício de 2021 foram superadas.

Se por um lado, há margem para melhoria desses números, por outro deve-se registrar que revelam uma razoável concomitância entre a atuação do TCMSP e a realização dos atos fiscalizados, número que se torna ainda mais relevante quando leva em conta as dimensões do município de São Paulo.

Quadro 8 - Concomitância das fiscalizações realizadas em 2021

Fiscalizações	DUSFs	%	Qtde.	%
Com concomitância	5.112	34%	631	29%
Sem concomitância	9.905	66%	1.565	71%
Total	15.017	100%	2.196	100%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Desdobramento do PAF.
Concomitância em relação à atuação da SFC, excluídas aposentadoria e pensões.

3.6. Desempenho por tipo de fiscalização

3.6.1. Auditorias Programadas e Extraplano

Em 2021 foram realizadas 103 auditorias programadas e 6 auditorias extraplano. Os DUSFs consumidos foram próximos ao previsto no PAF. Com isso, as auditorias (programadas e extraplano) foram a segunda atividade de fiscalização que mais consumiu recursos da SFC, superadas apenas pelas manifestações, conforme dados do Quadro 2 apresentado no subitem 3.2. O quadro a seguir apresenta os números destacados para as auditorias previstas e realizadas:

Quadro 9 - Auditorias programadas e extraplano previstas e realizadas em 2021

PAF ANTERIOR (2020)				PAF ATUAL (2021)				Total				% realizado total	
Previsto		Realizado		Previsto		Realizado		Previsto		Realizado			
Qtde	DUSFs	Qtde	DUSFs	Qtde	DUSFs	Qtde	DUSFs	Qtde	DUSFs	Qtde	DUSFs	Qtde	DUSFs
65	1.959	90	2.503,3	33	1.267	13	719,0	98	3.226	103	3.222	105%	100%
Auditorias Extraplano								14	320	6	309	43%	97%
Total (programadas + extraplano)								112	3.546	109	3.531	97%	100%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA.

3.6.2. Acompanhamentos

A série histórica com a evolução da produção de acompanhamentos pela SFC é apresentada no quadro a seguir. Analisando-se os resultados de 2021, percebe-se que o número de acompanhamentos realizados diminuiu 30% em relação à média do período 2012-2020. Isso se deve fundamentalmente à pandemia da COVID-19 que impossibilitou a realização de muitos acompanhamentos de execução de contratos, convênios e obras. Essas fiscalizações demandam visitas *in loco*, que colocariam em risco a saúde dos auditores e seus familiares.

Esse fato não impediu, entretanto, que SFC atingisse suas metas de concomitância, conforme demonstrado no item 3.5 deste relatório.

Quadro 10 - Evolução dos Acompanhamentos entre 2012 e 2021

Tipo de fiscalização	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Var. 2020 / média 2012-2020
Acompanhamentos	180	150	181	133	184	226	202	174	137	122	-30%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA.

A seguir detalhamos os dados sobre os acompanhamentos previstos e realizados:

Quadro 11 - Acompanhamentos previstos e realizados em 2021

Modalidades	PAF 2021			Realizado			% Realizado	
	Quant	DUSFs	DUSFs/ Qtde.	Quant	DUSFs	DUSFs/ Qtde.	Quant.	DUSFs
CONSULTA PÚBLICA	0	0	-	0	0	-	-	-
CONTRATO DE GESTÃO	1	250	250,0	1	111	111,2	100%	44%
CONVÊNIO	0	0	-	0	0	-	-	-
DIÁLOGO	9	77	8,6	5	55	10,9	56%	71%
EDITAL	75	918	12,2	53	636	12,0	71%	69%
EXECUÇÃO CONTRATUAL	73	2.076	28,4	45	1.492	33,1	62%	72%
FOMENTO	0	0	-	0	0	-	-	-
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	1	30	30,0	1	26	25,5	100%	85%
JULGADOS	16	100	6,3	0	0	-	0%	0%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	16	107	6,7	13	94	7,2	81%	88%
LICITAÇÃO	6	108	18,0	2	86	42,8	33%	79%
MONITORAMENTO	3	30	10,0	0	0	-	0%	0%
TERMO DE COLABORAÇÃO	2	96	48,0	2	97	48,3	100%	101%
Total	202	3.792	18,8	122	2.594	21,3	60%	68%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Desdobramento do PAF

3.6.3. Representações

Em 2021, o número de representações superou em 37% o previsto no PAF e foi reduzido em 7% em relação ao realizado em 2020 (Quadro 3). Importante lembrar que a demanda por representações é externa à SFC, que não detém mecanismos para aumentar ou diminuir sua produção.

Quadro 12 - Representações previstas e realizadas em 2021

Representações	PREVISTO		REALIZADO		% REALIZADO	
	Qtde	DUSFs	Qtde	DUSFs	Qtde	DUSFs
Com concomitância	139	405	158	418,2	114%	103%
Sem concomitância			33	85,8	24%	21%
Total	139	405	191	504	137%	124%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Desdobramento do PAF & Consulta de tarefas

3.6.4. Inspeções

Foram realizadas, em 2021, 44 fiscalizações contra as 49 previstas no PAF para essa modalidade. Nesse caso, também é importante lembrar que a demanda por inspeções é externa à SFC, que não detém mecanismos para aumentar ou diminuir sua produção.

Quadro 13 - Inspeções previstas e realizadas em 2021

Inspeções	PREVISTO		REALIZADO		% REALIZADO	
	Qtde	DUSFs	Qtde	DUSFs	Qtde	DUSFs
Com concomitância	49	739	26	368,2	53%	50%
Sem concomitância			18	340,5	37%	46%
Total	49	739	44	708,7	90%	96%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Desdobramento do PAF & Consulta de tarefas

3.6.5. Manifestações

O número de manifestações realizadas em 2021 foi 41% inferior ao previsto no PAF. Foram 1.661 manifestações realizadas, ante as 2.725 previstas – incluídas aquelas referentes a aposentadorias e pensões.

As manifestações em processos de aposentadorias e pensões aumentaram de 481 para 606 em 2021. Já a quantidade de manifestações relativas aos demais produtos de fiscalização aumentou 13% em relação ao ano de 2020. O consumo de DUSFs com todas manifestações representou 29% de toda a produção de SFC.

Tal desempenho corrobora o fato de que a SFC vem gastando uma parcela expressiva de seus recursos com uma atividade cuja efetividade é bastante baixa. De fato, historicamente, cerca de um quarto dos recursos humanos disponibilizados para as atividades de fiscalização vem sendo alocados na realização de manifestações.

Quadro 14 - Histórico da realização de manifestações de 2008 a 2021

Ano	PREVISTO		REALIZADO		% REALIZADO		Total DUSFs fiscal PAF 2021	
	Qtde	DUSFs	Qtde	DUSFs	Qtde	DUSFs	DUSFs (1)	% (2)
2021	2.725	2.646	1.661	4.640	61%	175%	15.882	29%
2020	1.480	3.345	1.329	4.540	90%	136%	19.518	23%
2019	2.112	4.128	2.571	4.757	122%	115%	20.224	24%
2018	2.876	4.100	2.633	5.478	92%	134%	20.601	27%
2017	3.936	4.786	3.550	5.534	90%	116%	21.896	25%
2016	1.577	2.105	3.747	4.342	238%	206%	18.957	23%
2015	1.448	1.776	3.195	3.147	221%	177%	12.838	25%
2014	2.198	2.210	3.590	3.435	163%	155%	14.246	24%
2013	1.747	3.130	3.222	3.753	184%	120%	15.603	24%
2012	2.309	4.143	3.291	4.494	143%	108%	16.766	27%
2011	2.090	3.992	2.638	4.565	126%	114%	17.636	26%
2010	1.720	3.641	2.515	5.285	146%	145%	19.192	28%
2009	1.690	4.055	2.092	5.417	124%	134%	20.469	26%
2008	1.275	3.430	2.247	5.669	176%	165%	22.721	25%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Desdobramento do PAF & Consulta de tarefas

(1) Total de DUSFs gastos com fiscalização no PAF 2020.

(2) Participação dos DUSFs utilizados em manifestação em relação a todos os DUSFs de fiscalização.

Observando a composição da realização das manifestações em 2021 com relação às quantidades, 36% das manifestações referem-se a aposentadorias e pensões, de modo que o direcionamento de recursos humanos a tal tipo de atividade está circunscrito a uma área. Já em número de DUSFs, as manifestações que mais consumiram recursos em 2021 foram relacionadas a representações, editais, contratos e execuções contratuais.

Quadro 15 - Composição das manifestações em 2021

Modalidades	Realizado		% Realizado	
	Qtde.	DUSFs	Quant.	DUSFs
APOSENTADORIA e PENSÃO	606	122,5	36%	3%
REPRESENTAÇÃO	171	500,1	10%	11%
EDITAL	96	547,9	6%	12%
CONTRATO	136	643,1	8%	14%
EXECUÇÃO CONTRATUAL	132	757,9	8%	16%

AUDITORIA PROGRAMADA	90	353,8	5%	8%
RELATÓRIO ANUAL	61	287,2	4%	6%
INSPEÇÃO	81	416,5	5%	9%
LICITAÇÃO / CONTRATO / TA	37	181,3	2%	4%
CONVÊNIO	18	61,9	1%	1%
ADIANTAMENTO	3	3,0	0%	0%
DENÚNCIA	75	185,5	5%	4%
AUDITORIA EXTRAPLANO	29	111,4	2%	2%
CONTRATO DE GESTÃO	10	43,8	1%	1%
LICITAÇÃO	26	113,0	2%	2%
EXECUÇÃO CONTÁBIL / FINANCEIRA	14	72,2	1%	2%
DETERMINAÇÃO	5	8,0	0%	0%
OUTROS TIPOS DE MANIFESTAÇÃO	71	232,1	4%	5%
TOTAL	1.661	4.641,2	100%	100%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Desdobramento do PAF & Consulta de tarefas.

Por fim, cabe ressaltar que, ao excluir as manifestações em processos de aposentadoria e pensões, o número de manifestações nos demais processos de fiscalização superou o planejado em 95%, e o número de manifestações em processos de acompanhamentos de editais superou o planejado em 55%.

3.6.6. Análises

O quadro a seguir demonstra a evolução histórica da produção das análises entre 2012 e 2021.

Ao se comparar o resultado de 2021 com a média da produção entre 2012 e 2020, verifica-se uma redução de 47%.

Considerando que as análises são produtos realizados *a posteriori* e que seu resultado é de baixa efetividade, verifica-se uma tendência de diminuição de sua realização.

Quadro 16 - Evolução das Análises entre 2012 e 2021

Tipo de fiscalização	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Var. 2021 / média 2012-2020
Análises	439	264	228	233	403	356	288	165	272	155	-47%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA.

*Não inclui representações e análises de aposentadoria e pensões

O quadro a seguir apresenta os dados sobre as análises previstas e realizadas.

Quadro 17 - Análises previstas e realizadas em 2021

Modalidades	PAF 2021			Realizado			% Realizado	
	Qtde.	Dusf	DUSFs/ Qtde.	Qtde.	Dusf	DUSFs/ Qtde.	Qtde.	Dusf
AUXÍLIO E SUBVENÇÃO	7	42	6,0	7	53,7	7,7	100%	128%
CONTRATO	25	135	5,4	36	302,3	8,4	144%	224%
CONTRATO DE GESTÃO	0	0	-	1	0,0	0,0	-	-
DENÚNCIA	0	0	-	20	54,9	2,7	-	-
EXECUÇÃO CONTÁBIL / FINANCEIRA	4	55	13,8	8	121,1	15,1	200%	220%
LICITAÇÃO	20	103	5,2	11	92,1	8,4	55%	89%
OPERAÇÃO URBANA	4	48	12,0	0	0,0	-	0%	0%
PROCESSO SELLETIVO	2	20	10,0	1	8,0	8,0	50%	40%
TERMO ADITIVO / RETI-RATIFICAÇÃO	60	158	2,6	68	181,8	2,7	113%	115%
TERMO COLABORAÇÃO	2	16	8,0	3	19,1	6,4	150%	119%
Total	124	577	4,7	155	833,0	5,4	125%	144%

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Desdobramento do PAF & Consulta de tarefas.

3.6.7. Relatórios Anuais de Fiscalização (RAFs)

A prestação de Contas da COHAB foi autuada somente em 06.01.2022, conforme eTCM 18218/2021, impossibilitando a elaboração dos Relatórios Anuais da COHAB e FMH em 2021. Esses Relatórios Anuais (Contas 2020) serão programados no PAF 2022.

Quadro 18 - Relatórios anuais realizados em 2021

Coord.	Realizado		Relatórios Anuais concluídos
	Qtde	duSF	
C-I	8	270	CMSP, PMSP, SFMSP, SP-NEGÓCIOS, SP-PARCERIAS, SPDA, SPSEC e TCMSP
C-II	3	42,3	FTMSP, FUNDATEC e SPCine
C-III	3	24,3	ADE SAMPA , IPREM e PRODAM
C-IV	2	35	HSPM e AHM
C-V	3	41	CET, SPTRANS e SPTURIS
C-VI	1	6,45	AMLURB
C-VII	2	48,53	SP-OBRAS e SP-URBANISMO
Total	22	467,6	

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Desdobramento do PAF & Consulta de tarefas

3.6.8. Fiscalizações *in loco*

Adaptados aos métodos de trabalho que possibilitaram maior segurança dos servidores no contexto da pandemia, foi possível retomar em 2021 os trabalhos com atividades *in loco*, garantindo assim que os procedimentos de fiscalização adequados fossem aplicados nas fiscalizações realizadas pelas equipes da SFC.

De 03/2020 a 12/2021, ao total, foram 48 processos de fiscalização que envolveram atividades presenciais nas entidades auditadas, distribuídos da seguinte forma entre as coordenadorias da SFC:

Quadro 19 – Processos de fiscalização com atividades realizadas *in loco*

Coordenadoria	Quantidade de processos
C-I	1
C-I e C-VIII	1
C-II	8
C-III	3
C-IV	7
C-V	2
C-VI	10
C-VII	16
Total Geral	48

Fonte: Coordenadorias da SFC.

Dos 48 processos, se forem analisados por tipo, a distribuição foi da seguinte forma:

Quadro 20 – Atividades realizadas *in loco* por tipo de processo

Tipo de processo	Quantidade
Acompanhamento	27
Auditoria	3
Denúncia	3
Diversos	2
Inspeção	11
Representação	2
Total Geral	48

Fonte: e-TCM e Coordenadorias da SFC.

Ressalta-se que a adoção de procedimentos *in loco* depende da natureza do objeto e do trabalho, por isso grande parte das atividades realizadas pela SFC puderam ser executadas de forma remota pelas equipes sem perder o nível de qualidade exigido nas fiscalizações. Isso permitiu ainda assegurar uma exposição mínima das equipes ao novo coronavírus, o que foi uma preocupação do TCMSP durante esse período crítico enfrentado nos últimos dois anos.

Considerando que a adoção de técnicas e procedimentos tecnológicos facilita muito a execução dos trabalhos, a SFC continua trabalhando no desenvolvimento de soluções que auxiliem as equipes na realização das atividades de forma mais

racional e otimizada, inclusive no caso das atividades que envolvam a necessidade de informações coletadas *in loco* por meio de serviços de *drones* e *motolink* sempre que possível.

A listagem contendo os e-TCMs, objetos, relatoria e demais informações constam no demonstrativo do Anexo VI.

4. MONTANTE DA DESPESA FISCALIZADA

O quadro a seguir apresenta os montantes fiscalizados pela SFC em 2021. Importante ressaltar que tais montantes variam fundamentalmente em função dos valores dos Editais de Licitação publicados pelos diversos órgãos que compõem Prefeitura do Município de São Paulo.

Quadro 21 - Montante da despesa analisada em R\$ mil

ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO	2021
Acompanhamento - CONTRATO DE GESTÃO	253.467
Acompanhamento - EDITAL	22.763.806
Acompanhamento - EXECUÇÃO CONTRATUAL	3.668.872
Acompanhamento - LICITAÇÃO	215.670
Acompanhamento - TERMO DE COLABORAÇÃO	2.360
Análise - AUXÍLIO E SUBVENÇÃO	7.603
Análise - CONTRATO	7.740.397
Análise - EXECUÇÃO CONTÁBIL / FINANCEIRA	461.745
Análise - LICITAÇÃO	4.597.518
Análise - OPERAÇÃO URBANA	7.695
Análise - PROCESSO SELETIVO	22.130
Análise - TERMO ADITIVO / RETI-RATIFICAÇÃO	661.754
Análise - TERMO DE COLABORAÇÃO	96.774
Representação	1.897.399

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA

Diversas das fiscalizações realizadas em 2021 envolveram montantes acima de R\$ 100 milhões, conforme quantificado a seguir:

Quadro 22 - Quantidades de fiscalizações com montantes acima de R\$ 100 milhões

Tipo de fiscalização	Qtde	Total acima de R\$ 100 milhões
Acompanhamento - CONTRATO DE GESTÃO	1	253.467.041
Acompanhamento - EDITAL	32	22.277.071.912
Acompanhamento - EXECUÇÃO CONTRATUAL	7	5.537.582.677
Acompanhamento - LICITAÇÃO	2	6.415.385.340
Análise - CONTRATO	9	7.401.422.852
Análise - EXECUÇÃO CONTÁBIL / FINANCEIRA	1	417.004.342
Análise - LICITAÇÃO	3	4.538.039.453
Análise - TERMO ADITIVO / RETI-RATIFICAÇÃO	2	340.301.200
Auditoria Programada - ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1	7.238.400.000
Representação	6	1.889.963.017

Fonte: ÁTOMO-PANORAMA / Desdobramento do PAF & Consulta de tarefas

O detalhamento dessas fiscalizações está apresentado no Anexo I (págs. 1/3 deste Relatório).

5. AUDITORIAS TRANSVERSAIS

A auditoria transversal na área de vigilância, iniciada em 2019, foi executada entre 2020/2021, considerando o contexto de pandemia e a adaptação dos procedimentos de fiscalização para respeitar as orientações das autoridades de Saúde. A etapa final será a emissão do relatório, previsto para ser concluído no primeiro bimestre de 2022.

E a auditoria transversal com o tema “serviços de limpeza”, iniciada em 2020, permaneceu suspensa em 2021 conforme autorização do Conselheiro Relator (e-TCM 2882/2020), considerando que será melhor aproveitada se ocorrer após o

período da pandemia, visto que a situação atual deve impactar na elaboração dos contratos de limpeza.

6. ATUAÇÃO DO GRUPO TÉCNICO DE ANÁLISE DAS AÇÕES PROMOVIDAS PELA PMSP NO COMBATE AO COVID-19

Em 2021, o Grupo Técnico de Análise das Ações Promovidas pela Prefeitura do Município de São Paulo no Combate ao COVID-19 (Portaria nº 185/2020) realizou as seguintes atividades:

- Evento “Tardes do Conhecimento – A evolução financeira do Município de São Paulo em tempos de pandemia e O acompanhamento do TCU das ações do Ministério da Saúde no enfrentamento à pandemia”; realizado em 16/03/2021 e mediado pelo servidor Gabriel Rezende de Azevedo, integrante do Grupo Técnico;
- Seleção e resumo de processos para publicação no *hotsite* sobre COVID-19, referente à atuação fiscalizatória do TCMSP⁴;
- Apresentação de contribuições ao Sr. Subsecretário de Fiscalização e Controle, quanto à atuação do TCMSP durante a pandemia do COVID-19, para fins de participação no “I Fórum Internacional de Auditoria”, realizado em 25/06/2021.

7. PROJETOS DE MELHORIA EM SFC

No ano de 2021 várias etapas dos projetos de melhoria iniciados em 2020 foram implementadas conforme as diretrizes do Plano Estratégico do TCMSP, com o objetivo de aprimorar os procedimentos adotados na execução das fiscalizações pela SFC.

⁴ Disponível em: <https://covid19.tcm.sp.gov.br/Pagina/32791>.

Destacamos a seguir a evolução dos principais projetos desenvolvidos no período de 2021 e os que estão em andamento, tanto os gerenciados pela SFC como aqueles nos quais a SFC participa.

7.1. Projeto Aprimoramento dos Métodos de Fiscalização

Esse projeto tem como meta desenvolver, em especial, normas e manuais visando à adaptação dos produtos de fiscalização do TCMSP às Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), às melhores práticas internacionais e às demandas da sociedade atual, disciplinando auditorias operacionais, financeiras e de conformidade e aprimorando os demais produtos (e-TCM 8887/2020).

O escopo desse projeto prevê três subprojetos, a saber: a) Desenvolver 1 (um) Manual para 1 (um) dos seguintes tipos de auditoria: conformidade, financeira e operacional; b) Elaborar minuta que regulamenta a Análise das Funções de Governo, a ser submetida a superior aprovação; e c) Elaborar Procedimento Operacional Padrão (POP) para auditoria de Segurança em Aplicativos Web.

Além desses subprojetos, outras iniciativas relacionadas ao aprimoramento dos métodos de fiscalização foram abrangidas no decorrer do período, tais como a conclusão do novo Manual de Auditoria Governamental – Princípios gerais e a atualização do Manual de Fiscalização da SFC.

A seguir são detalhadas as atividades concluídas em 2021 e as que estão em andamento.

7.1.1. Manual de Auditoria Governamental – Princípios Gerais

O novo Manual de Auditoria Governamental – Princípios Gerais do TCMSP foi lançado em maio de 2021 pela SFC, e representa um passo importante para o aprimoramento dos procedimentos adotados na execução das auditorias realizadas pelo TCMSP. O documento está aderente às NBASP, e abrange princípios gerais que devem ser observados para as auditorias financeiras, operacionais e de conformidade.

Além do lançamento do documento para utilização pelas equipes de fiscalização da SFC, foi promovido o curso sobre o novo manual no período de agosto e setembro de 2021, para que assim todos os auditores fossem capacitados e ambientados às normas gerais do novo manual, proporcionando melhor entendimento sobre como colocar os novos métodos em prática. O curso foi organizado em conjunto com a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCMSP.

7.1.2. Manual de Auditoria Operacional

No período compreendido entre setembro e outubro de 2021 o Manual de Auditoria Operacional (e seus anexos) foi colocado à disposição das equipes de auditoria para consulta e sugestões, e as propostas encaminhadas foram incorporadas ao documento final.

O manual foi encaminhado para a aprovação da Secretaria Geral em 03.11.2021, e assim que obtivermos a confirmação, o manual será disponibilizado para as equipes de fiscalização no portal da Intranet.

7.1.3. Manual de Auditoria Financeira

Em 2021 foram desenvolvidos todos os capítulos do Manual de Auditoria financeira, inclusive os seus anexos, faltando apenas adicionar a orientação no capítulo de Execução sobre qual procedimento será mais adequado para o caso de identificação de fraude ou outro ponto que indique indícios de dano ao erário (responsabilização ou tomada de contas).

Como o TCMSP está trabalhando no projeto sobre Tomada de Contas e no projeto sobre Responsabilização, as coordenadoras desses projetos Karen Freire e Roberta Barbosa foram convidadas a discutir o assunto em conjunto com o grupo do Aprimoramento dos Métodos de Fiscalização.

Como ainda não temos uma definição exata do que será mais adequado ao caso do TCMSP para as auditorias financeiras, estamos realizando reuniões com outros TCs para trocar informações e alinhar esse procedimento nos manuais. Até a presente data, foram realizadas reuniões com o TCE-PR em 04.11.21 com Nelson

Granato, e com o TCM-GO em 22.11.21 com a Mônica. Ambos os TCs utilizam a tomada de contas como instrumento para os casos que indiquem responsabilização, e conforme conversa breve com TCE-RO, TCE-RJ, TCE-RN, e TCE-MG, todos utilizam tomada de contas para o caso das auditorias financeiras.

No início de 2022 pretende-se realizar mais reuniões com outros TCs para verificar qual entendimento eles adotam, e assim definir a orientação para o manual do TCMSP. As próximas etapas envolverão a revisão geral dos capítulos, disponibilização do documento para consulta e sugestões das equipes de auditoria, bem como a aprovação da Secretaria Geral (previsão para conclusão em 06/2022).

7.1.4. Manual de Auditoria de Conformidade

Em 2021 foram desenvolvidos os capítulos do Manual de Auditoria de Conformidade e seus anexos, faltando apenas a conclusão do capítulo de Execução que depende de um estudo mais aprofundado sobre os procedimentos mais adequados a essa natureza de auditoria. Sobre a responsabilização nesse tipo de auditoria, já temos alinhado que será adotada a Matriz de Responsabilização conforme já apresentada no Anexo IV do MAG-01.

As próximas etapas envolverão a conclusão do capítulo de Execução e a revisão geral dos demais capítulos, disponibilização do documento para consulta e sugestões das equipes de auditoria, bem como a aprovação da Secretaria Geral (previsão para conclusão em 06/2022).

7.1.5. Manual de Fiscalização

A partir da elaboração dos manuais de auditoria no escopo do projeto, e do trabalho de mapeamento dos processos da SFC pelo Grupo Técnico de Trabalho (e-TCM 3198/2021), foi possível revisar e atualizar também o Manual de Fiscalização da SFC, que abrange os demais procedimentos de fiscalização (análises, acompanhamentos, inspeções, análises de funções de governo), e outros produtos (representações/denúncias, manifestações, Relatórios Anuais de Fiscalização, denúncias de Ouvidoria, e solicitações externas).

O documento foi reestruturado para se adequar aos princípios aplicados às auditorias do setor público, especialmente às NBASPs no que couber, e para detalhar um pouco mais procedimentos adotados no dia a dia das fiscalizações para melhor compreensão pelas equipes da auditoria.

O novo modelo do Manual de Fiscalização foi enviado para revisão da equipe da SFC no dia 19.11.2021, e pretende-se disponibilizar a versão atualizada para revisão dos auditores e posteriormente aprovação da Secretaria Geral em 2022.

7.1.6. Manual de Auditoria de Serviços e Obras de Engenharia

Em 2021 o grupo de estudos aprofundou a discussão com auditores da área de engenharia da SFC sobre a possibilidade de utilizar as orientações do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP), pois essas orientações são bastante adequadas às necessidades das equipes de fiscalização para trabalhos dessa natureza.

Porém, o estudo continuará sendo feito pelo grupo em 2022 para validar esse entendimento, e caso seja confirmado, não haveria necessidade de dar continuidade ao desenvolvimento deste manual pela SFC. Dessa forma, novas atualizações sobre o tema serão apresentadas oportunamente aos auditores do TCMSP.

7.2. Programa Seleção de Objetos de Fiscalização

Em 2021, o grupo de trabalho deu continuidade ao estudo sobre a metodologia mais adequada para o processo de seleção de objetos no TCMSP, em especial aprimorando o diálogo com outros TCs para conhecer os critérios de seletividade utilizados por outras Cortes de Contas para selecionar as fiscalizações prioritárias (e-TCM 8414/2020).

No mês de outubro/2021 integrantes do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE-RO apresentaram de forma mais detalhada para os assessores da SFC a metodologia de implantação do Índice de seletividade RROMA (Relevância, Risco,

Materialidade e Oportunidade) e do Índice GUT (Gravidade, Urgência e Tendência) para a Matriz de Seleção de Objetos de Auditoria.

Essa metodologia havia sido apresentada na reunião do Fórum de Secretários de Controle Externo (Seconex) ocorrida em 28.09.2021, e se mostrou bastante próxima àquela que vem sendo aperfeiçoada pelo TCMSP para a seleção de objetos de fiscalização constantes no PAF. De acordo com a experiência e os resultados apurados pelos TCs, os critérios de seletividade permitem racionalizar o processo de fiscalização, favorecendo o planejamento das ações de controle, e são utilizados para orientar o tratamento de denúncias, representações, demandas de fiscalização e informações recepcionadas durante o exercício. Essa aplicação mais ampla da matriz pelo TCE-RO poderá servir como modelo para aprimorar a seleção das demandas que chegam ao TCMSP durante o exercício, e será estudada pelo grupo de trabalho.

A partir dessa troca de experiências, e da contratação da ferramenta de BI *Qlik Sense*, o programa pretende aprimorar ainda mais os processos de seleção dos objetos de fiscalização, permitindo que o planejamento do TCMSP esteja alinhado aos temas mais relevantes para fins de controle externo, reforçando a importância do trabalho realizado pela Corte de Contas na cidade de São Paulo.

Vale ressaltar que a matriz de seleção aprimorada pelo programa em 2020 foi utilizada para a elaboração do PAF 2021, resultando na lista de prioridades aprovada pela Resolução nº 04/2021 (anexo I da Resolução). Para tanto, as equipes analisaram os objetos sob os quatro critérios citados (risco, materialidade, relevância e oportunidade), e consideraram ainda a experiência e o conhecimento adquirido pelas equipes em trabalhos anteriores, o acompanhamento de alterações legislativas que impactem nos objetos de fiscalização, as principais políticas públicas estabelecidas pelo município e sua relevância para a sociedade, os temas relevantes discutidos pela mídia, informações sobre processos licitatórios do município pelos sistemas de informações, entre outros.

7.3. Projeto Sistema de Análise de Aposentadoria e Pensão

A partir do estudo sobre modelos de outros Tribunais de Contas no período de 2020 (TCM-RJ, TCE-MT, TCE-SC, e TCE-SP), em 2021 o grupo de estudos levantou os requisitos necessários para o sistema, considerando sob o ponto de vista técnico:

- a) As peculiaridades no fluxo processual atualmente adotado no TCMSP;
- b) As especificidades da folha de pagamento dos inativos da PMSP, que tem rubricas de pagamento bastante complexas e com muitas exceções;
- c) A necessidade de UTAP de ter certa autonomia dentro do sistema, podendo fazer alterações nas fórmulas de pagamentos e outras funções, já que a legislação aplicável aos processos de aposentadoria e pensão sofre constante alteração;
- d) Devido ao elevado estoque de processos seria necessário criar várias regras para abranger a legislação aplicável à época que o servidor se aposentou;
- e) Integração com o SIGPEC;
- f) Integração com o e-TCM e Panorama;
- g) Integração com o processo SEI para análise da documentação apresentada;
- h) Possibilidade de integração com o novo módulo de concessão de aposentadoria que está sendo desenvolvido no SIGPEC pela SGM e Prodam, mas ainda sem previsão de término.

E a partir dos estudos realizados, o grupo concluiu que a opção mais adequada às necessidades do TCMSP é o desenvolvimento interno do sistema.

O NTI iniciou o desenvolvimento do sistema a partir das regras de negócio supridas pela Coordenadoria III. Desenvolveu-se a especificação técnica de requisitos para o sistema e, em seguida, iniciou-se a codificação.

Das 8 entregas planejadas, 3 já foram totalmente concluídas. A primeira versão do sistema deverá ser homologada e liberada para produção ainda no 1º semestre de 2022.

7.4. Projeto Sistema de Auditoria

Após a análise das alternativas estudadas pelo grupo em 2020, foi deliberado pelo TCMSP que a opção mais adequada seria o desenvolvimento interno do sistema para melhor atender às necessidades da SFC (e-TCM 8683/2020). O nome definido para o sistema foi SISAUD.

Em 2021 foram desenvolvidas etapas importantes do projeto, tais como:

- a) Contratação da empresa Cast para auxiliar no desenvolvimento do sistema junto ao NTI;
- b) Alinhamento da equipe de programação do sistema com os processos de fiscalização e dos procedimentos adotados pela SFC no desenvolvimento dos trabalhos (mapeamento dos processos);
- c) Definição preliminar da identidade visual do SISAUD (baseada no manual de identidade visual do TCMSP);
- d) Requisitação específica, modelagem de dados, prototipação de telas e codificação;
- e) Alinhamento das ferramentas voltadas à análise de riscos para as fiscalizações;
- f) Desenvolvimento do módulo sobre gestão de objetos de auditoria.

Ao final de 2021, o módulo referente ao planejamento de auditorias estava em fase final de desenvolvimento, devendo ser homologado e entrar em produção ainda no 1º trimestre de 2022.

Os módulos de execução de auditorias e de comunicação (Portal) terão seus requisitos técnicos e início de codificação ao longo do 1º semestre de 2022.

7.5. Programa de Formação Continuada de Auditores

No período de 2021 o programa avançou com etapas importantes para a sua implementação:

- a) Contratação da empresa Inteletto como consultoria especializada para ofertar treinamento sobre trilhas de aprendizagem e software para gerenciar a implementação do programa;
- b) Realização de treinamento com as equipes de gestores e de curadores das principais trilhas de aprendizagem para entendimento sobre metodologia e estruturação das trilhas e dos trilhos no software da Inteletto;
- c) Definição das principais trilhas a serem desenvolvidas no programa conforme o escopo da contratação da empresa Inteletto;
- d) Estruturação preliminar das trilhas de Auditoria Governamental e de Processo de Controle Externo do TCMSP.

O e-TCM 8694/2020 contém detalhadamente as etapas concluídas e as que estão em andamento, e a previsão para conclusão da implementação do programa está prevista para ocorrer em 2022.

7.6. Programa Quantificação de Benefícios do Controle Externo

Em 2021 o programa avançou no estudo da metodologia para quantificação dos benefícios financeiros e não financeiros gerados pela atuação do controle externo do TCMSP, de acordo com as especificações, critérios e tipologias estabelecidos no Manual de Quantificação de Benefícios gerados pela Atuação das Cortes de Contas (MQB), elaborado pela ATRICON (e-TCM 8512/2020).

Durante o período, o grupo de estudos analisou ainda as especificações para o desenvolvimento do sistema, disponibilizadas por meio de um manual da Atricon, e

elaborou uma proposta de fluxograma para o registro dos benefícios no âmbito do TCMSP, considerando a tecnologia proposta pelo SISAUD (Sistema de Auditoria) que está sendo desenvolvido.

Ao final de 2021 o projeto se encontrava na etapa de validação do fluxograma para definição sobre qual a melhor forma de implementar o sistema de quantificação dos benefícios.

7.7. Projeto Análise de Prestação de Contas de Entidades do Terceiro Setor

Iniciado em 07/2021, esse projeto pretende desenvolver um produto específico de fiscalização para análise, por amostragem, das prestações de contas das entidades que tenham celebrado parcerias com unidades da Prefeitura do Município de São Paulo (e-TCM 11798/2021).

Este produto será submetido a julgamento com vistas à aprovação ou reprovação das contas dessas entidades. As parcerias podem ser: contratos de gestão, termos de parceria, termos de colaboração, termos de fomento, dentre outros instrumentos congêneres. O produto final do projeto é o procedimento de fiscalização definido em normativo de SFC aprovado por SG.

O projeto está organizado em 4 fases, sendo que a primeira desenvolvida até o final de 2021 foi dedicada à coleta e análise de informações para definir critérios iniciais para seleção das Organizações Sociais que possuem contratos de gestão vigentes com o Município a terem suas prestações de contas fiscalizadas.

7.8. Projeto Concurso Público 2020

Em decorrência da pandemia do novo coronavírus ter se estendido em 2021, as atividades desse projeto continuam em *stand by* aguardando novas definições sobre o andamento do trabalho da comissão designada para tal, tendo em vista as recomendações das autoridades da saúde para prevenção da contaminação pela Covid-19 (e-TCM 14325/2020).

7.9. Programa Teletrabalho

A partir do trabalho inicial sobre a regulamentação do regime de teletrabalho realizado de acordo com o e-TCM 3934/2019, o novo grupo de estudos designado para o Programa Teletrabalho (eTCM 10408/2020) elaborou uma proposta atualizada considerou o conceito de teletrabalho, os possíveis participantes, a modalidade de teletrabalho, estabelecimento de atividades e metas – plano de trabalho, regra de transição para a implementação do formato pós-pandemia, entre outros.

O documento foi apreciado pelo TCMSP, e em 02.09.2021 foi publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo a Resolução nº 16/2021 que dispõe sobre a realização do teletrabalho (*home office*) no âmbito do TCMSP.

7.10. Programa Acordos Administrativos

Esse programa engloba dois projetos devido à amplitude do tema (e-TCM 16264/2020): e-TCM 3815/2020 - “Acordos de Leniência” que teve por objeto a elaboração de proposta de normatização acerca da atuação do Tribunal no controle externo de acordos de leniência firmados pela Administração Direta e Indireta do Município de São Paulo; e o e-TCM 8247/2019 - “Termos de Ajustamento de Gestão”, que trata de instituto de ampliação do consensualismo nas decisões administrativas, para dar maior efetividade às deliberações emanadas da participação dos interessados.

Em 2021 o grupo concluiu as atividades previstas no programa, e os produtos finais de cada projeto foram a elaboração de minutas encartadas: doc. 20, do e-TCM 3815/2020 e doc. 12, do e-TCM 8247/2019.

7.11. Ação Estudo de Impacto da Lei Geral de Proteção de Dados

Visando maior efetividade na matéria inerente à proteção de dados no âmbito deste Tribunal, em 2021 foram implementadas diversas iniciativas pelo grupo de estudos, tais como:

- a) Criação de uma área no e-TCM pelo Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) para a tramitação das demandas inerentes à LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018);
- b) Criação de espaço no Portal do TCM sobre a LGPD, com diversos serviços e orientações disponíveis para a sociedade;
- c) Desenvolvimento do Manual de recurso e-TCM, criado para informar a existência de dados pessoais de pessoas físicas, bem como os dados pessoais sensíveis, nos termos da LGPD, identificados em documentos de expedientes e processos do TCMSP;
- d) Publicação da Portaria nº 043/2021 que instituiu o órgão de tratamento de dados pessoais composto por um Encarregado e uma Equipe de Apoio;
- e) Realização do 1º Encontro de Proteção de Dados Pessoais do TCMSP em 30.08.2021, com o objetivo de apresentar a implantação da LGPD (Lei nº 13.709/2018) e capacitar e expor aos participantes as ferramentas já disponíveis no TCMSP para dar efetividade à implantação da respectiva lei e apresentar as providências e encaminhamentos tomados pela Equipe de Proteção de Dados Pessoais do Tribunal.

No âmbito da SFC, foi ajustado também o formulário 093 (requisição de documentos) para inserir os dispositivos da LGPD, e ainda foi encaminhada a orientação proposta pelo grupo de estudos para a elaboração dos relatórios de fiscalizações, indicando o que pode e o que não pode constar nesses documentos.

7.12. Projeto Matriz de Responsabilização

Em 2021 o projeto avançou na discussão dos seguintes pontos (e-TCM 9057/2020):

- a) Definição do modelo de Matriz de Responsabilização que será utilizado;

- b) Definição de quais produtos de fiscalização utilizarão a Matriz de Responsabilização;
- c) Normatização da obrigatoriedade e a forma de utilização da Matriz de Responsabilização nos produtos de fiscalização;
- d) Revisão das propostas de alterações de leis e do Regimento Interno apresentadas pelo grupo de estudos.

Ao final de 2021 faltava apenas o alinhamento sobre as propostas de alterações das legislações estudadas, e a previsão de conclusão do trabalho do grupo será para 2022, com a elaboração do relatório final das atividades e o fechamento do projeto.

7.13. Projeto Controle Prévio de Licitações

A partir do trabalho realizado em 2020, no qual o grupo de estudos se reuniu com outros TCs para compartilhamento de entendimento e experiências sobre o tema, foi elaborada uma minuta de Instrução Normativa sobre a fiscalização dos processos de desestatização e encaminhada para apreciação da Presidência do TCMSP, e pelos demais Conselheiros, AJCE e SFC (e-TCM 10086/2020).

Ao final de 2021 constam as considerações das áreas sobre a minuta encaminhada, e a próxima etapa será de regulamentação do procedimento pelo TCMSP.

7.14. Projeto Tomada de Contas

A partir do trabalho de pesquisa junto a outros TCs sobre os procedimentos adotados em relação à tomada de contas, em 2021 o grupo de estudos aprofundou as discussões sobre o objetivo do trabalho, em especial na definição do tipo de tomada de contas que o RITCMSP abrange (e-TCM 8931/2020).

Considerando que as disposições dos arts. 79 a 84 do RITCMSP tratam da “tomada de contas” a ser instaurada pela autoridade administrativa, verificou-se que o

objetivo do grupo foi a regulamentação da tomada de contas especial nos moldes e nos procedimentos previstos nos tribunais de contas pesquisados, ou seja, aquela a ser realizada pela origem e encaminhada ao TCMSP para julgamento.

Foi elaborada a Minuta de Resolução composta por dispositivos que buscam:

- a) propor um fluxo de tramitação interna do processo de forma a dar celeridade ao julgamento da Tomada de Contas Especial (TCE);
- b) detalhar questões relativas ao julgamento dos processos de tomadas de contas especiais, no que se refere à conceituação dos tipos de decisão, assim como os procedimentos relativos ao julgamento e seu resultado, tais como a definição se as contas são regulares, regulares com ressalva ou irregulares; e
- c) revogar as disposições dos arts. 79 a 84 do Regimento Interno (Resolução nº 03/02) e permitir que os procedimentos sugeridos na Minuta de Resolução possam ser utilizados para os casos em que Tribunal realize a conversão de seus processos em tomada de contas ou a sua instauração de ofício.

O documento foi encaminhado para apreciação dos Conselheiros do TCMSP, e ao final de 2021 aguardava as respectivas considerações.

7.15. Projeto Modelo de Acompanhamento da Execução de Julgados

Esse projeto deu continuidade ao trabalho realizado no grupo que tratou do Estudo sobre o Acompanhamento da Execução dos Julgados, que analisou possíveis modelos utilizados por outros TCs e as peculiaridades do TCMSP para assim propor o modelo que o TCMSP adotará para o acompanhamento da execução de seus julgados (e-TCM 1429/2021).

Durante o período de 2021, o grupo analisou os modelos levantados do projeto anterior, e debateu sobre a viabilidade da adoção dos modelos propostos quanto

aos aspectos de estrutura administrativa, aspectos legais e normativos, recursos humanos e tecnologia da informação.

A partir da análise realizada, foi elaborada a proposta de modelo que seria mais adequada para implementação no TCMSP, e encaminhada ao final de 2021 para apreciação superior.

7.16. Projeto Matriz de Instrução de Procedimentos Administrativos de Ouvidoria

No período de 2021 foi discutido pelo grupo um fluxo de procedimentos administrativos para tratar das demandas que chegam por meio da Ouvidoria do TCMSP, e foi proposta uma minuta de Instrução Normativa encaminhada para aprovação da Secretaria Geral (e-TCM 9154/2020).

No que tange às demandas que precisam ser analisadas pela SFC, a proposta de regulamentação definiu o seguinte:

- 1) A Ouvidoria realizará averiguação preliminar dos atendimentos registrados para apurar se os assuntos abordados possuem relação com o âmbito de atuação do TCMSP;
- 2) Após a averiguação preliminar, a Ouvidoria tratará e classificará as manifestações, objetivando ofertar resposta ao cidadão, organizando-as e encaminhando-as à Presidência do TCMSP, para análise, informações e providências, acompanhar a respectiva tramitação e avaliar o conteúdo das respostas para fins de conclusão e resposta ao cidadão.
- 3) Caso a manifestação enseje atuação do controle externo, a Presidência do TCMSP encaminhará o expediente ao Relator competente da matéria à qual se refere, o qual poderá especialmente:
 - a. solicitar complementação de pesquisa sobre processos de fiscalização em andamento junto à UTPA e à SFC sobre o tema ou de conteúdo similar, a fim de identificar demandas relacionadas ao expediente para dar o retorno ao cidadão;

- b. consultar a SFC sobre o procedimento de fiscalização adequado para a averiguação da denúncia, e, na hipótese de deliberação no sentido da abertura de procedimento de fiscalização nos termos da Resolução nº 06/2000, determinar a autuação correspondente, caso ainda não haja outro(s) em andamento sobre o tema, observados os critérios de risco, materialidade, relevância e oportunidade.
- c. enviar a manifestação à SFC para que sirva de elemento orientador por ocasião da elaboração do Plano Anual de Fiscalização, observando os critérios de risco, materialidade, relevância e oportunidade;
- d. determinar o arquivamento junto à Presidência do TCMSP caso o conteúdo da denúncia não seja objeto de fiscalização em outro processo de controle externo e não se caracterize pelos critérios descritos no inciso II.

O projeto foi encerrado ao final de 2021, considerando que o trabalho do grupo depende agora de aprovação das instâncias superiores.

7.17. Projeto Criação da Unidade de Informações Estratégicas

No período de 2021, o grupo desenvolveu uma minuta de Ordem Interna para dispor sobre a criação e o funcionamento da Unidade de Informações Estratégicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCMSP (e-TCM 10151/2020).

Essa minuta foi aprovada e resultou na Ordem Interna SG/GAB nº 03/2021, de 12.04.2021.

7.18. Projeto Asseguração da Qualidade das Auditorias

A minuta de normativo sobre Asseguração da Qualidade, N-EQ-014, que teve como objetivo estabelecer procedimentos para asseguração da qualidade das fiscalizações concluídas por SFC, foi enviada em 2021 pelo grupo de estudos para deliberação superior, e aprovada conforme os documentos constantes no e-TCM 10406/2020.

7.19. Programa Observatório de Políticas Públicas

O Observatório de Políticas Públicas do TCMSP é um programa responsável por sistematizar as informações produzidas no âmbito do Município de São Paulo e do Tribunal a fim de contribuir para a reflexão acerca das Políticas Públicas executadas no Município de São Paulo.

Como parte do processo de construção do Observatório de Políticas Públicas do TCMSP foram constituídos grupos temáticos de Trabalho. A princípio foram criados grupos de trabalho nas três áreas temáticas de atuação inicial do Observatório: Educação, Saúde e Urbanismo. Na sequência foi formado o Grupo de Trabalho de Regionalização do Orçamento, a partir da identificação da necessidade de um GT transversal sobre o tema, que fizesse a conexão entre os GTs existentes e contemplasse algumas reflexões relevantes.

O objetivo da formação destes grupos de trabalho é a sistematização do trabalho do Observatório e o alinhamento das atividades com as necessidades e demandas da Auditoria e das áreas internas do TCMSP. Por isso, no segundo semestre de 2020, quando foram criados os três primeiros GTs, eles contaram com a importante participação de auditores da Subsecretaria de Fiscalização e Controle. No Seminário de Lançamento do Observatório, ocorrido em dezembro de 2020, os GTs foram ampliados com a participação de representantes das instituições parceiras.

a) GT Educação:

O GT concentrou suas discussões em diversos temas afetos à Educação: o Plano Municipal de Educação, os Indicadores de Qualidade Infantil, ReAge: Virando o Jogo das Desigualdades na Cidade, entre outros.

Os principais temas e indicadores discutidos foram a questão da universalização do ensino, condições de acesso, condições de gestão, equidade do gasto e qualidade da política pública. O resultado dessas discussões foi apresentado a especialistas na Mesa técnica de Educação do Seminário de Lançamento do Observatório.

A partir daí os temas foram aprofundados e incorporaram novas perspectivas trazidas pelos especialistas como a questão da pandemia e sua relação com alguns destes indicadores (p. ex. evasão escolar). Outra perspectiva trazida pelo Seminário foram as análises de gênero e raça a serem incorporadas em alguns indicadores.

Ademais, novas atividades vêm sendo desenvolvidas e tem se buscado e obtido mais sinergia com a atuação da auditoria. Uma possível sinergia de atuação identificada pelo GT diz respeito ao item 65 das Normas Brasileiras de Auditoria do setor Público (NBASP) - Nível 3 - Requisitos Mandatórios para Auditorias do Setor Público.

Nesse sentido, a rede de parcerias tem se mostrado bastante relevante tanto para promover a aproximação da Auditoria com acadêmicos quanto com outros especialistas. Ademais, temas de pesquisa aplicada como por exemplo o desenho do padrão de visitas territorializadas das nutricionistas do PAE nas unidades educacionais e trilhas de capacitação em gestão administrativa (por ex. fiscalização de contratos) também vêm sendo discutidas e um artigo técnico sistematizando as reflexões do grupo sobre indicadores na área de Educação está sendo elaborado para a revista Simetria.

b) GT Saúde:

O GT concentrou suas discussões em diversos temas afetos à Saúde, que foram apresentados a especialistas na Mesa técnica de Saúde do Seminário de Lançamento do Observatório.

Dentre os temas debatidos, destacamos os seguintes: regionalização do gasto; acesso à saúde básica; tempo de espera para o atendimento de saúde; saúde da mulher, da grávida e da parturiente; acesso à saúde pela população indígena; gestão de medicamentos; e Plano Municipal de Saúde. A partir de alguns destes itens, pretende-se criar indicadores, enquanto outros devem ser investigados através de pesquisa aplicada.

Dentre as enriquecedoras contribuições suscitadas pelo Seminário, salientamos algumas questões que foram objeto de debate: os desafios de trabalhar com a dimensão “eficácia” na elaboração de indicadores; a definição de uma unidade regional a ser analisada; a importância da transversalidade na análise e do diálogo com as áreas de Urbanismo e Educação; a questão da governança compartilhada entre Secretarias em determinados temas; possibilidades e mapeamento da população sem plano de saúde no território; a importância de examinar marcadores de necessidades de saúde para avançar na elaboração dos indicadores; a importância de aliar indicadores quantitativos à pesquisa qualitativa para alcançar conclusões mais abrangentes e confiáveis; além de desafios metodológicos diversos.

Ainda, foram sugeridas pelos especialistas a necessidade de utilizar bases de dados ainda não analisadas pelo GT e novos temas relevantes, dentre os quais destacamos a questão da violência contra a mulher; o tempo decorrido entre a realização de exames de pré-natal e o recebimento dos respectivos resultados; saúde da população migrante e refugiada e saúde da população em situação de rua.

Atualmente o esforço está concentrado na regionalização dos gastos das UBS diretas e nos gastos com os contratos de OSS. Para tanto, foi obtida autorização para acesso aos dados do sistema de gestão das OSS da SMS – WebSAASS. À atenção básica e saúde da mulher vêm sendo debatidos com maior profundidade entre os integrantes do GT.

Ainda, dois novos temas começaram a ser estudados: aumento de demandas em saúde mental e a Rede de Atenção Psicossocial; e o impacto indireto da pandemia da COVID-19 em indicadores epidemiológicos diversos. Um artigo técnico sobre a atuação do GT, com o detalhamento dos assuntos tratados nesse relatório, está sendo elaborado para posterior publicação na Revista Simetria.

c) GT Urbanismo:

O GT concentrou suas discussões em diversos temas afetos à sustentabilidade, inteligência e resiliência urbana (ODS 11), que foram apresentados a especialistas na Mesa técnica de Urbanismo do Seminário de Lançamento do Observatório. A partir daí as discussões evoluíram em todos os produtos e serviços de extensão, docência e pesquisa correlacionando a Escola Superior de Gestão e Contas e o Observatório do TCMSP.

Em termos de extensão, os membros do GT Urbanismo estão oferecendo pela segunda vez o curso “Indicadores para cidades e comunidades sustentáveis, inteligentes e resilientes”. A ementa da disciplina de pós-graduação “Controle Social de Obras Públicas” passou a incorporar estudos de caso da auditoria em discussão no GT Urbanismo.

Por último, porém mais importante, no que diz respeito às pesquisas e publicações foi elaborado um artigo científico que culminou com a proposta do primeiro módulo para o Painel de Indicadores Analíticos de Urbanismo. Neste produto parcial o foco está nas desigualdades socioterritoriais, tomando como base o mapa da arrecadação, e partindo das premissas:

- Os investimentos em infraestrutura concentram-se no perímetro de maior arrecadação, que coincide com a Macroárea de Urbanização Consolidada no Plano Diretor vigente;
- A gestão de riscos e a redução de passivos urbano-ambientais é uma agenda preterida nos instrumentos de planejamento orçamentário da infraestrutura;
- A topologia das redes de serviços urbanos, mobilidade e resíduos sólidos reflete as desigualdades topológicas da rede viária na periferia;
- A zeladoria urbana apresenta desigualdades orçamentárias regionais segundo os critérios de extensão territorial, população / densidade populacional e vulnerabilidades sociais.

Um próximo passo será construir um módulo com indicadores de boas práticas, focados em incentivos positivos e no objetivo pedagógico de fomentar o aperfeiçoamento das políticas públicas.

Ao longo de 2021, o GT Urbanismo desempenhou uma atuação integrada com organizações acadêmicas e servidores da Prefeitura, desenvolvendo diversas atividades, tais como:

- Artigo para a Revista Simetria, 7ª edição (2021): Observatório de Políticas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo: reflexões sobre indicadores territoriais de Urbanismo.
- Apresentação de trabalho para o Fórum SP 21 (2021): Como evitar a reprodução das desigualdades na produção do espaço urbano? Desafios do sistema de planejamento urbano e orçamentário.
- Artigo de Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Direito Público Municipal de Daniela P. Rodrigues (2021): A Venda de Potencial Construtivo Adicional como Forma de Financiamento da Política Habitacional: Operações Urbanas versus Fundurb.
- Curso de formação (2021): Plano Diretor, entenda e participe - ele afeta (muito) a sua vida na cidade.
- Curso de formação (2021): Cidades Sustentáveis, Inteligentes e Resilientes.
- Disciplina de Pós-Graduação (2021): Controle Social de Obras Públicas.
- Disciplina de Pós-Graduação (2021): Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.
- Curso de formação (2021): Indicadores para cidades e comunidades sustentáveis: conceitos e enfrentamentos.
- Organização e participação no Workshop (2021): Smart City e seus Indicadores.
- Participação no URBANSUS do IEA-USP (2021): Desafios Metodológicos e de Modelagem de Índices e Indicadores.

d) GT Regionalização do Orçamento:

O GT de regionalização do orçamento foi criado em 2021 a partir da evolução das discussões e reflexões realizadas pelo Observatório em 2020. O GT Regionalização está discutindo agregar IPTU, ISS e ITBI. Ademais, parte da constatação da necessidade de um GT transversal que permita a conexão entre os 3 GTs temáticos.

Ele já surge como um GT mais robusto que conta com a participação de integrantes de todos os parceiros do Observatório, além da Auditoria e da Secretaria Municipal da Fazenda. Participam ainda, integrantes dos 3 GTs temáticos, a fim de garantir a sinergia de atuação entre os GTs.

Em abril de 2021 foram realizadas duas reuniões para a definição e alinhamento de objetivos e priorização dos trabalhos. Por hora existe a definição para a priorização da regionalização dos seguintes itens do Orçamento Público Municipal: despesas com pessoal; despesas das educação por unidade escolar (rede direta e contratada); saúde (UBSs e Contratos de Gestão/OSs); urbanismo (coleta, varrição, iluminação pública); assistência social (por equipamento); despesa com pessoal (ativos) e por fim, a regionalização das principais receita diretas municipais (IPTU, ISS e ITBI).

7.20. Programa Difusão e Promoção dos ODS

Em 2021 o grupo de estudos deu continuidade ao trabalho de alinhamento dos procedimentos internos e da atuação fiscalizatória do TCMSP com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 (e-TCM 8081/2020), e enviou para a SFC um documento com sugestão de temas para fiscalização em 2021.

Além disso, foi realizada reunião em 21.06.2021 com integrantes da sociedade civil para apresentar o programa de difusão e implementação dos ODS do TCMSP e receber contribuições para a atuação do TCMSP com o desenvolvimento sustentável. Na ocasião, foram apresentadas diversas frentes de atuação do

TCMSP, tais como a atuação da SFC na fiscalização dos recursos públicos, o programa Cidadania em Contas, o Observatório de Políticas Públicas, a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, entre outros.

Os integrantes da sociedade civil apresentaram suas experiências com o trabalho que está sendo desenvolvido no município, e compartilharam suas preocupações com a falta de monitoramento dos indicadores pela PMSP. A ideia é que haja um trabalho conjunto por meio deste programa, com a finalidade de unir os esforços em uma atuação mais alinhada entre a administração pública e o TCMSP.

7.21. Outras iniciativas de melhoria da SFC

Além dos grupos de trabalhos relacionados aos programas/projetos/ações do Plano Estratégico, outros grupos de trabalho já criados anteriormente desenvolveram atividades conforme segue.

7.21.1. Mapeamento dos Processos da SFC

Em 2021 foi criado o Grupo Técnico de Trabalho para realização do Mapeamento dos Processos da SFC por meio da Port. 97/2021 (e-TCM 3198/2021). O projeto visa identificar todas as atividades realizadas no âmbito da SFC, tanto relacionadas com a fiscalização como aquelas dedicadas à gestão das coordenadorias.

O grupo surgiu da necessidade de uma identificação dos processos de trabalho da SFC para dar suporte a outros projetos que estão sendo desenvolvidos, tais como o Sistema de Auditoria (SISAUD), Programa de Quantificação de Benefícios, Projeto de Aprimoramento dos Métodos de Fiscalização, atualização do Manual de Fiscalização da SFC, e ainda para aperfeiçoar os fluxos de atividades e racionalizar os recursos utilizados.

Ao longo de 2021, foi realizado o mapeamento dos processos das atividades de fiscalização, conforme consta no relatório anexado ao e-TCM 3198/2021, e em 2022 pretende-se dar continuidade ao trabalho com a etapa de mapeamento das atividades voltadas à gestão das áreas da SFC, bem como ao mapeamento dos

cursos médios dos processos de fiscalização para fins de apuração dos benefícios identificados a partir da atuação do controle externo.

7.21.2. Revisão do Regulamento Interno SFC

A revisão do Regulamento Interno da SFC está sendo concluída, especialmente para atualizar a posição do GATI no organograma de SFC (não mais como vinculado à C-III, e sim diretamente vinculado à SFC) e para contemplar as recentes alterações ocorridas nas secretarias da prefeitura, pois isso impactará nas competências das coordenadorias da SFC.

7.21.3. Grupo de Estudos – Determinações

A portaria 169/2019, alterada pela 534/2019, constituiu grupo de trabalho para sistematizar e racionalizar o tratamento dado às determinações pendentes com objetivo de dar mais efetividade a seu cumprimento pelo Poder Executivo Municipal (e-TCM 88/2019).

Em 2021 o grupo elaborou uma proposta de Resolução para dispor sobre a elaboração de deliberações que contemplem medidas a serem tomadas pelas unidades jurisdicionadas ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo, bem como modelos de determinações. Houve apreciação pelos Conselheiros, que fizeram suas considerações e encaminharam para análise do grupo.

7.21.4. Grupo Ambiental

Esse grupo foi criado com o objetivo de fixar diretrizes e avaliar os impactos da Lei Municipal nº 17.260/2020, que tem por objeto a disciplina da licitação sustentável nos processos licitatórios desta Corte de Contas, bem como na realização da sua missão de controle externo (eTCM 003573/2020).

Em 2021, o grupo realizou uma análise aprofundada da legislação aplicável às compras e licitações sustentáveis, e sugeriu ainda a adição de um alerta de auditoria específico para sustentabilidade, no módulo de sistema ARIEL – Análise e Rastreamento de Informações Sobre Editais e Licitações. Essa sugestão foi

analisada pela Unidade de Informações Estratégicas (UIE), que apresentou suas considerações e acatou a proposta.

Entre as manifestações sobre o trabalho, levantou-se a questão acerca da viabilidade de ser realizada auditoria operacional, na esfera do Município de São Paulo, similar àquela feita pelo Tribunal de Contas da União para diagnosticar a situação dos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal no que se refere ao grau de execução/implementação das medidas sustentáveis.

7.21.5. Drones

Em 2021 houve a renovação da Ata de Registro de Preços 08/2020 para o fornecimento de imagens georreferenciadas por aeronaves remotamente pilotadas (*drones*) para o monitoramento de obras, serviços e estruturas de grande porte, áreas rurais ou urbanas, prorrogando-se o período de 09/10/2021 a 08/10/2022 (e-TCM 5042/2020).

Não houve utilização do serviço no período.

7.21.6. Motolink

O serviço de *motolink* é prestado atualmente pela empresa Sinal Verde Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda., por meio do Contrato nº 08/2020 com vigência de 02/07/2021 a 01/07/2022 (e-TCM 760/2020 e 8165/2021).

Em 2021 foram emitidas 03 ordens de serviço no valor total de R\$ 150.000,00, e as requisições de serviços foram destinadas a realizar filmagem integral para verificar defeitos no asfalto e nas guias e sarjetas.

7.21.7. Participação em Comissões e Grupos de Trabalho

Além da participação de servidores da SFC nos projetos do Planejamento Estratégico supracitados, há outros grupos de trabalho que foram criados em 2021 e que se relacionam a iniciativas que envolvem a atividade de fiscalização, contando assim com a participação de servidores da SFC no desenvolvimento do trabalho.

Destacam-se os seguintes grupos em 2021, e a lista de participantes de cada grupo consta no Anexo II deste relatório:

- e) Grupo de Estudos, com o objetivo de formular minuta nos moldes da Resolução nº 03/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), que “Dispõe sobre a redução do número de processos e otimização da tramitação dos feitos” – Portaria 189/2021 – DOC 21/04/2021 (eTCM 2295/2021).
- f) Grupo de Trabalho sobre a Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) no âmbito da SFC, com o intuito de aperfeiçoar o corpo técnico na condução da atividade fiscalizatória - Port. 200/2021 – e-TCM 6462/2021 - DOC 30.04.2021 e 03.09.2021.
- g) Grupo de Estudos, para a avaliação dos impactos de dispositivos da Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/21) diretamente voltados à disciplina da atuação dos Tribunais de Contas, em especial a estipulação de prazos para manifestação definitiva em casos de adoção de medidas cautelares pelos órgãos de controle externo (art. 171), Port. 201/2021 – e-TCM 5639/2021 – DOC 01.05.2021.
- h) Grupo de Estudos com o objetivo de avaliar os aspectos jurídicos e financeiros relativos a eventual criação de carreiras técnicas para compor o Pleno deste Tribunal de Contas - Portaria 216/2021 – e-TCM 7350/2021 – DOC 05.05.2021.
- i) Grupo de Estudos para reestruturar e aperfeiçoar os Relatórios Trimestrais e o Relatório Anual, com destaque para a *Accountability*; e criar um “Relatório Anual Simplificado” visando apresentar para a sociedade de forma mais clara e objetiva as atividades desempenhadas pelo TCMSP no cumprimento de sua missão constitucional – Portaria 331/2021 – DOC 07.07.2021.
- j) Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar a nova versão do Manual da Qualidade (MQ-01/17 - v.12) Portaria 363/2021 – e-TCM 10872/2021 – DOC 06/08/2021.

- k) Comitê para o acompanhamento e implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito do Tribunal de Contas do Município de São Paulo Portaria 365/2021 – DOC 06 e 07/08/2021; Port. 444/2021 – DOC 04/09/2021.
- l) Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (CGE) (Órgão colegiado que tem por finalidade atuar como instância interna de suporte e apoio à governança institucional relacionada à gestão da estratégia) – Portaria 369/2021 – DOC 06 e 07/08/2021.
- m) Órgão encarregado pelo tratamento de dados pessoais disposto na Lei nº 13.709 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), de 14 de agosto de 2018 – Port.043/2021 – DOC 21.01.2021.

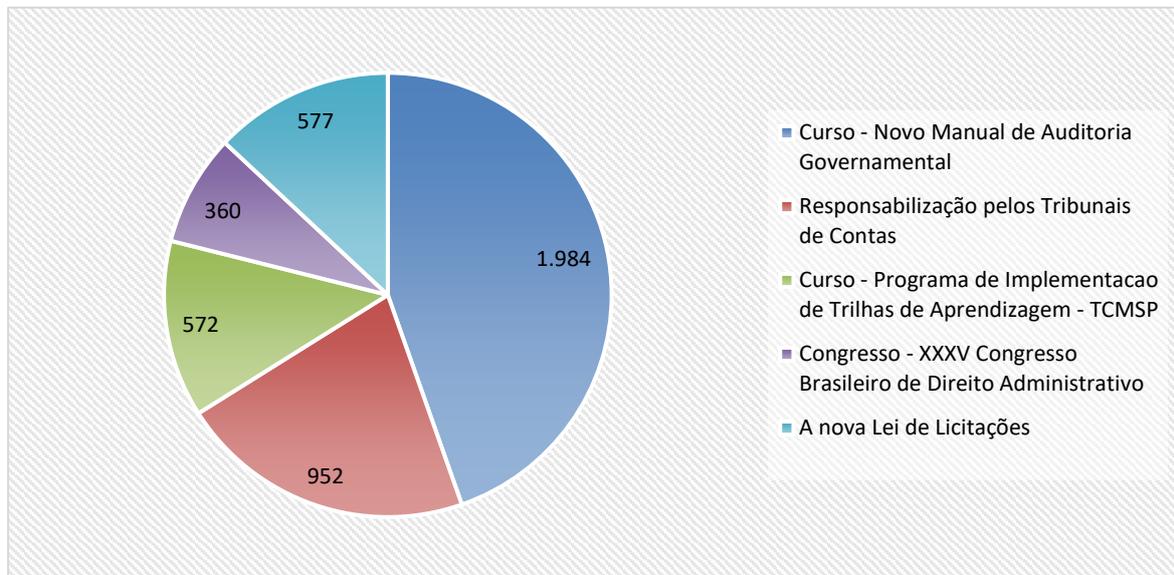
8. CURSOS, PALESTRAS E OUTRAS ATIVIDADES DE TREINAMENTO

A capacitação das equipes de auditoria tem sido fundamental para o aprimoramento das fiscalizações, bem como à aderência aos princípios e procedimentos estabelecidos nos manuais de auditoria da SFC baseados nas NBASPs. Considerando o contexto da pandemia, a maior parte dos eventos ocorreu de forma virtual, o que favoreceu a participação de mais servidores, e os temas abordados abordaram diversas questões relacionadas ao controle externo, tais como normas de auditoria, normas de contabilidade, avaliação de políticas públicas, ações de combate à pandemia, ações de combate à fraude e corrupção, nova lei de licitações, liderança, entre outros.

Os servidores da SFC participaram de mais de 200 atividades de palestras/treinamentos promovidas tanto pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCMSP (EGC) como por entidades externas, que totalizaram 8.923,5 horas de capacitações, em média 63,3 horas por servidor, e que correspondeu a aproximadamente 1.050 DUSFs.

A seguir o gráfico mostra a distribuição das principais atividades realizadas em 2021 em relação à carga-horária total:

Gráfico 3 - Principais atividades de treinamento em 2021



Fonte: dados da Coordenadoria de Recursos Humanos e da Gestão de Relações do Trabalho do TCMSP.

A atividade de treinamento que mais se destacou foi o curso sobre o Novo Manual de Auditoria Governamental realizado com todas as equipes de fiscalização no período de agosto/setembro de 2021, totalizando 22% da carga-horária total cursada no período, seguida pelo curso sobre Responsabilização pelos Tribunais de Contas (11%). Destaca-se ainda o conjunto de treinamentos sobre a Nova Lei de Licitações, que totalizou 6% do total de carga-horária.

No PAF 2021 foram previstos ao menos 15 DUSFs por servidor para realização de treinamentos, e considerando o total de treinamentos realizados, chegou-se a uma média de 7,4 DUSFs por servidor. A tabela com os dados de cada servidor constam no Anexo III deste relatório.

Além dessas atividades, merece destaque a atuação dos servidores da SFC como ministrantes de cursos e palestras, avaliadores em bancas de Trabalhos de Conclusão de Curso e de revistas técnicas, entre outros, como consta na tabela do Anexo IV deste relatório.

9. ATUAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

Em 2021 a atuação interinstitucional da SFC prosseguiu nas seguintes frentes: participação em fóruns, realização de trabalhos conjuntos com outros órgãos de fiscalização e controle, celebração de novos acordos de cooperação técnica e acompanhamento dos acordos e convênios vigentes.

9.1. Participação em Fóruns

Entre os principais fóruns que o TCMSP participa, destacam-se os seguintes que tiveram atuação em 2021.

9.1.1. Fórum dos Secretários de Controle Externo dos Tribunais de Contas Brasileiros (Seconex)

Para cumprirem sua missão constitucional e garantirem o seu valor, os Tribunais de Contas precisam ser reconhecidos pela sua credibilidade, competência e independência, tornando-se, assim, um modelo para a Administração Pública. Nesse sentido, a integração das instituições de controle externo e a troca de experiências de seu corpo técnico mostram-se essenciais para a identificação e disseminação das boas práticas desenvolvidas pelos diversos Tribunais de Contas, proporcionando o aprimoramento do sistema de controle.

Assim, entre novembro de 2020 (data da realização do I Congresso Internacional dos Tribunais de Contas) e novembro de 2021, foram realizadas diversas reuniões em que foram apresentados e debatidos, entre outros, os seguintes temas:

- Proposta elaborada pela Comissão Temática designada pelo CNPTC sobre o Fluxograma Uniforme destinado a orientar o Sistema de Tribunais de Contas sobre o Processo de Apreciação de Contas de Governo e Gestão, no contexto de harmonização do Processo de Contas;
- Projeto Integrar - Momento atual do projeto, formação da rede e assinatura do acordo de cooperação;

- MQB – Manual de Quantificação de Benefícios Gerados pela Atuação dos Tribunais de Contas;
- Projeto de Pauta Nacional do Comitê de Comunicação da Atricon/IRB;
- Projeto de Pauta Única Atricon/IRB/CNPTC/TCU;
- Interação entre TCU + TCE's + TC-DF + TCM's e gestores estaduais e municipais para o combate à pandemia;
- Projeto Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Atricon;
- Avaliação de Políticas Públicas;
- Automatização de Critérios de Seletividade de Autuação de Processos.

Em 2021, foram realizadas 6 (seis) reuniões virtuais do Seconex para discussão de temas relacionados à pautas do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), Associação dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Instituto Rui Barbosa (IRB), e também relacionados à fiscalização exercida pelos Tribunais de Contas. O Subsecretário de Fiscalização e Controle tem atuado como um dos coordenadores deste Fórum.

Destacam-se a seguir os temas discutidos nas reuniões de setembro e de novembro de 2021:

- a) Seleção de objetos de fiscalização:** integrantes do TCE-RO e do TCE-SC apresentaram a metodologia de implantação do Índice de seletividade RROMA (Relevância, Risco, Materialidade e Oportunidade) e do Índice GUT (Gravidade, Urgência e Tendência) para a Matriz de Seleção de Objetos de Auditoria no âmbito deste tribunal de contas e os resultados alcançados. Essas experiências estão servindo como apoio ao Programa de Seleção de Objetos que tem como objetivo aperfeiçoar o método de seleção das fiscalizações no âmbito de atuação do TCMSP.

b) Manual de Quantificação de Benefícios Gerados pela Atuação dos Tribunais de Contas (MQB): foram apresentados os resultados da pesquisa feita pela Atricon sobre o estágio de implantação da ferramenta pelos TCs. Integrantes do TCM-RJ discutiram o avanço desse projeto, destacando os aspectos que o impulsionaram (necessidade de padronização das métricas utilizadas pelos TCs para quantificar os benefícios, e a possibilidade de consolidação e integração de dados do sistema de controle externo do país). Como a metodologia ainda está sendo estudada e implementada pelos TCs, há margem para melhorias e ajustes de acordo com as situações vivenciadas nos processos de fiscalizações, e por isso a contribuição de todos os órgãos será fundamental para tornar a aplicabilidade do manual viável para atender as necessidades dos TCs.

Uma das questões que impacta na implementação da metodologia é a falta de compatibilidade técnica entre os sistemas de informações utilizados pelos TCs, tais como diferenças na linguagem de programação e falta de integração entre as bases de dados, dificultando a importação de modelos pré-definidos que se encaixem na realidade de cada instituição. Para minimizar esse problema, foi desenvolvido pela Atricon um manual com especificações de requisitos mínimos para o desenvolvimento de sistema de informação pelos TCs, com a finalidade de auxiliar as instituições a colocarem em prática a metodologia do MQB considerando as peculiaridades dos seus ambientes de controle.

Foi discutido o resultado da pesquisa realizada pela Atricon a qual avaliou quatro fases: internalização da metodologia, implementação ou alinhamento da metodologia existente à do MQB, implementação de sistemas de informações para registrar e quantificar os benefícios, e geração de relatórios com os dados sobre os benefícios quantificados pelo TC. Dos 33 TCs, 22 responderam à pesquisa, e entre os respondentes, foi observado um nível de adoção das medidas necessárias para implementar o MQB na

faixa de 32%. Ou seja, ainda está na fase inicial de implementação de forma geral pelos TCs.

- c) Atendimento Virtual: Balcão Virtual e Agendamento Virtual:** integrantes do TCE-SC) apresentaram o projeto Atendimento Virtual, que objetiva minimizar os problemas enfrentados pelo TC para atender as demandas de usuários externos de forma geral, tais como as pessoas que procuram presencialmente ou por telefone o TC para esclarecer dúvidas, solicitar orientações, entre outros, e que muitas vezes pegam as equipes técnicas de surpresa com assuntos que demandam uma preparação/estudo preliminar para que possam ser respondidos.

Nesse sentido, para facilitar os atendimentos e aproximar mais o TC da sociedade, foram adotadas diversas medidas, tais como a utilização de ferramentas tecnológicas (Office 365, Microsoft Teams, etc), discussões com as equipes para identificar soluções para cada situação problemática apresentada, e o aperfeiçoamento do diálogo entre as diversas áreas do TC para aprimorar o atendimento ao público.

E o projeto Atendimento Virtual, que foi lançado em dezembro/21, prevê dois tipos de atendimento: agendamento virtual e balcão virtual. O Agendamento Virtual é um sistema que permite que os interessados agendem atendimento com diversas áreas do TC de acordo com o assunto, facilitando assim que as equipes possam se organizar para atender de forma mais adequada as demandas. Já o Balcão Virtual é um serviço de atendimento que permite ao interessado obter atendimento online síncrono conforme a fila de chegada ao portal da Ouvidoria, e de acordo com cada caso, o atendente direciona ao solicitante as informações mais adequadas para resolver a questão. O atendimento é realizado por meio da plataforma *Teams*. Esses projetos poderão servir de modelo para implementar ferramentas semelhantes pelo TCMSP para aprimorar a relação com a sociedade.

9.1.2. Fórum de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro do Estado de São Paulo – FOCCO-SP

A SFC, por meio da sua Assessoria e da Coordenadoria IV, participa como colaboradora na Ação 4 que trata do fomento aos serviços de inteligência, investigação e atuação interinstitucional no combate à corrupção e à sonegação fiscal, e na Ação 7 que trata Judicialização e combate à fraude no âmbito da saúde pública. Foram realizadas reuniões virtuais em 2021 sobre essas ações.

Na Ação 7 sobre a área da saúde, a Corregedoria Geral da Administração do Estado (CGA), que coordena a respectiva ação, focou no trabalho voltado à maior transparência em contratos firmados por organizações sociais, com vistas à melhoria no controle da prestação de contas apresentadas, fomentando maior transparência.

Em 2021, atuando junto a órgãos de controle, inclusive com o TCMSP, foi possível trocar informações sobre o sistema disponível em cada um deles para monitorar a transparência dos dados apresentados. Para 2022, existe a intenção de lançar um portal reunindo todas os dados coletados para ampliar o acesso às informações em relação a aplicação de recursos públicos.

Em relação às decisões acerca das demandas de judicialização e combate à fraude no âmbito da saúde pública, estas foram adiadas para 2022.

O TCMSP participa como coordenador da Ação 5 com o objetivo de fomentar a articulação interinstitucional como forma de compartilhar as bases de dados entre as instituições participantes, sob responsabilidade da Unidade de Informações Estratégicas (UIE), vinculada à Secretaria Geral (SG). Os resultados a partir de reuniões com órgãos de diversos Estados buscaram integrar experiências envolvendo, por exemplo, sistemas para realização de auditorias, ferramentas de *open source*, sistema de gerenciamento de registro de veículos e emissão de documentos, tendo em vista que tais bases são interessantes para serem usadas por diversas instituições.

Para 2022, a expectativa é continuar compartilhando dados, dando especial ênfase àqueles envolvendo apenados, no objetivo de congregar dados sobre alvos de investigação por outras organizações públicas.

O TCMSP também participa como colaborador da Ação 8 do FOCCO-SP que trata da implantação do projeto, em nível nacional, denominado “Programa Nacional de Prevenção a fraude e Corrupção” - Avaliação da Suscetibilidade à Corrupção nas Organizações Públicas”, cujo objetivo é fortalecer os instrumentos de governança, integridade e controle no setor público, nos três entes e nos três poderes.

Esta ação está sob a coordenação conjunta da Secretaria do Tribunal de Contas da União no Estado de São Paulo (Secex-TCU) e da Controladoria Geral do Município de São Paulo (CGM-SP), com a participação do TCMSP e de outros órgãos de controle federais, estaduais e municipais.

Esta Ação é oriunda Ação 09/2021 da ENCCLA: Consolidar e difundir o Programa Nacional de Prevenção a Fraude e Corrupção com a coordenação do TCU e da CGU. Os resultados alcançados em nível nacional foram os seguintes:

- Atualização dos cadastros: Foram confeccionados 16.491 cadastros do setor público brasileiro, contando com informações institucionais.
- Lançamento do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção em maio de 2021.
- Coleta de informações de prevenção junto aos órgãos públicos. Aderiram ao PNPC e preencheram o questionário no sistema e-Prevenção 9.186 órgãos públicos de todo o país, até a conclusão dos trabalhos da Ação 09/2021.
- Diagnóstico estrutural das organizações.
- Estruturação do módulo Roteiro de Atuação, no sistema e-prevenção com boas práticas para auxílio aos gestores.

- Estabelecimento da estrutura de governança com a Rede de Controle da Gestão Pública e patrocínio do TCU para continuidade do PNPC .

No estado de São Paulo, o trabalho foi conduzido pelo Fórum de Combate à Fraude e Corrupção do Estado de São Paulo (FOCCOSP), por meio da Ação 8 exclusivamente dedicada ao Programa, composta por representantes de diversos órgãos de controle: TCU, CGU, Receita Federal no Estado, TJ-SP, Ministério Público Estadual, o Ministério Público de Contas, Ouvidoria Geral do Estado, Procuradoria Geral do Estado, Tribunal de Contas do Município de São Paulo e Controladorias Municipais.

Em dezembro de 2021, o responsável pelo Programa Nacional de Prevenção à Corrupção no estado de São Paulo, o representante do Tribunal de Contas da União explicou que foi estimulada a realização de autoavaliação quanto às melhores práticas adotadas, sendo que, no estado de São Paulo, foram 838 órgãos que se somaram à iniciativa. Relatórios consolidados estariam sendo finalizados para mostrar como cada instituição está no que tange à implementação das boas práticas.

A SFC, por meio da sua Assessoria, participou de forma remota das 4 (quatro) Reuniões Plenárias do FOCCO-SP realizadas em 2021, sob a Secretaria Executiva do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP).

9.1.3. Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) - Rede Nacional de Indicadores Públicos (Rede Indicon)

Ao longo do ano, o TCMSP, por intermédio da Assessoria da SFC, participou do grupo de WhatsApp e de reuniões remotas relativas à implantação, validação remota e divulgação do IEGM do exercício de 2020 com aplicação em 2021, iniciativa liderada pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) que busca oferecer a população uma avaliação qualificada da atuação dos executivos municipais.

9.2. Realização de Trabalhos Conjuntos

Em 2021 foram realizados trabalhos conjuntos com outras instituições, destacada a que segue:

- a) Parceria TCMSP e IEA/USP:** Foram criados grupos de trabalho nas três áreas temáticas de atuação do Observatório: Educação, Saúde e Urbanismo e na sequência foi formado o Grupo de Trabalho de Regionalização do Orçamento como transversal às demais áreas temáticas. Outras entidades também fazem parte do Observatório: Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Nove de Julho (Uninove) e a Fundação Tide Setubal.

9.3. Acordos de Cooperação Técnica e Convênios

Em 2021 foram firmados os seguintes termos de cooperação técnica pela SFC:

- a) Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG (e-TCM 10007/2021):** celebrado em setembro de 2021, o Acordo de Cooperação Técnica entre o TCE-MG e o TCMSP apresenta como objeto a mútua colaboração entre os órgãos nas atividades de Controle Externo, objetivando aprimorar e fortalecer as auditorias realizadas pelos partícipes.

Entre as principais atividades desenvolvidas no período, destaca-se o compartilhamento de modelos de documentações de auditoria de natureza financeira, essencial para a elaboração dos materiais de apoio do novo Manual de Auditoria Financeira que está em desenvolvimento no âmbito do projeto de Aprimoramento dos Métodos de Fiscalização, e ainda para o desenvolvimento dos módulos de Planejamento e de Execução do projeto Sistema de Auditoria (SISAUD).

- b) Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV (e-TCM 009969/2018):** Termo de Contrato nº 002/2021.B com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV cujo objeto é a prestação de serviço de tecnologia da informação, que compreende a

distribuição de informações de cadastro com tecnologia *Blockchain* e inclui o fornecimento de acesso e infraestrutura tecnológica de alto desempenho, capacidade e disponibilidade voltada para o compartilhamento e atualização de dados da base cadastral com o prazo de vigência de 12 meses.

- c) Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – IEA/USP (e-TCM 008080/2020):** O Observatório de Políticas Públicas é uma parceria entre o IEA/USP e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo TCMSP, consolidada pelo Acordo de Cooperação Técnica, firmado em 10.4.2021. O objetivo prevê a promoção, o desenvolvimento e a execução conjunta de projetos e atividades para capacitação, treinamento e qualificação dos seus corpos técnicos e funcionais. O termo também consolida a criação do Observatório de Políticas Públicas, que visa identificar desigualdades nas políticas e gastos públicos.

O Observatório vai sistematizar dados da prefeitura e do tribunal para a produção de indicadores sobre políticas e gastos públicos na cidade de São Paulo em áreas como educação, saúde e urbanismo. Sua atuação estará alinhada com os instrumentos de planejamento do município e os Objetivos Sustentáveis da ONU.

Será possível também obter uma melhor compreensão dos investimentos e acesso a serviços públicos em diferentes territórios do município, uma vez que a produção de indicadores vai acompanhar o processo de regionalização do orçamento.

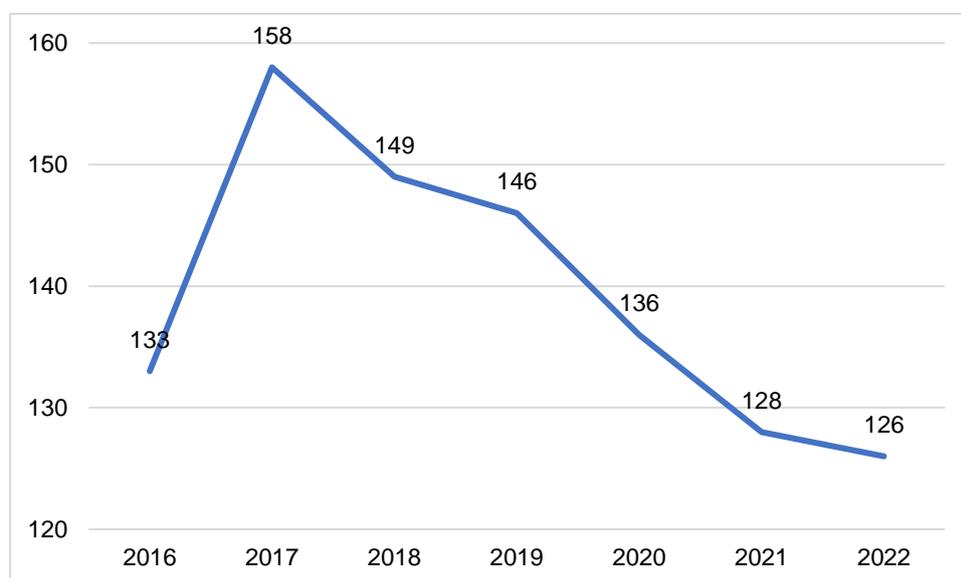
A coordenação do Observatório está sob a responsabilidade da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCM-SP com a Subsecretaria de Fiscalização e Controle do Tribunal. Além do IEA, outras entidades também farão parte do Observatório: Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Nove de Julho (Uninove) e a Fundação Tide Setubal.

A listagem completa com os termos firmados em vigência e em tratativas ao final de 2021 consta no Anexo V do presente relatório.

10. RECURSOS HUMANOS

A SFC encerrou o ano de 2021 com o menor quantitativo de pessoal desde 2017: 128 agentes de fiscalização, e iniciou 2022 com um saldo ainda menor, de 126 servidores (duas aposentadorias publicadas no DOCSP entre 17.01.22 e 19.01.22). Com a realização do concurso público de 2015, ocorreu um ingresso significativo no quadro de pessoal da SFC conforme mostra a figura a seguir.

Gráfico 4 - Quantidade de servidores de fiscalização

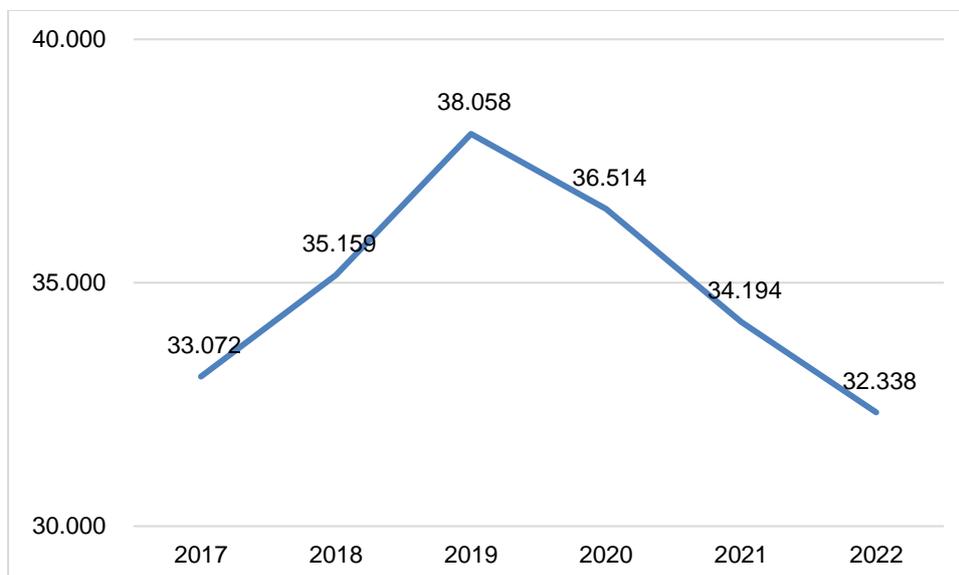


Fonte: Dados extraídos do Panorama e relatórios da CRH

Esse aumento de pessoal que ingressou por meio do concurso público auxiliou na força de trabalho da SFC, pois seu quadro de pessoal já se encontrava bastante baixo. Porém, como se pode observar, desde 2017 a quantidade de pessoas só diminuiu, e isso ocorreu por diversos fatores: 24 aposentadorias, 9 exonerações, e 1 falecimento. Além disso, ocorreram várias saídas de pessoal que assumiram cargos em outras áreas, totalizando 26 pessoas.

Com isso, a quantidade de DUSFs planejados a cada ano sofreu significativo impacto também, conforme mostra a figura a seguir.

Gráfico 5 – Quantidade de DUSFs planejados



Fonte: Dados extraídos do Panorama

Essa alteração tem impacto direto sobre a capacidade da SFC para realização das fiscalizações, pois quanto menos servidores da SFC tiver no seu quadro, menor será a quantidade de trabalhos que conseguirá fazer com a qualidade e profundidade exigidas pela sua competência no exercício do controle externo. Como pode ser observado, é premente a necessidade do aumento de servidores em SFC, haja vista o cenário crítico que se apresenta e a importância e responsabilidade da atuação do TCM na cidade de São Paulo.

Cumprindo ainda ressaltar que as Coordenadorias da SFC relatam ano a ano esse problema nas suas atas de reuniões da qualidade, nas quais apresentam as dificuldades enfrentadas pelas equipes com a falta de pessoal para atender às diversas demandas que chegam para a SFC, além daquelas previstas no PAF, tais como representações, manifestações, demandas de Ouvidoria, etc.

11. PLANEJAMENTO, GERENCIAMENTO E INDISPONIBILIDADES

As atividades de gerenciamento (direção, coordenação e supervisão), planejamento (análise crítica e planejamento das fiscalizações) e indisponibilidades (férias, abonos, dispensa legal, licença legal) totalizaram 11.475 DUSFs em 2021, 91,5% do que havia sido programado para o PAF 2021.

O quadro a seguir apresenta os dados dessas atividades.

Quadro 23 – DUSFs para planejamento, gerenciamento e indisponibilidades

Atividades	DUSFs previstos	DUSFs realizados	Variação %
Gerenciamento	5.051	5.305,3	105,%
Indisponibilidade de recursos	5.613	4.853,3	86,5%
Planejamento	1.874	1.316,3	70,2%
Total	12.538	11.474,9	91,5%

Fonte: Dados extraídos do Panorama

Os treinamentos realizados em 2021 já foram comentados no item 8 deste relatório.

12. DEMONSTRATIVO DA MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS

Em 2021 ocorreram 5.485 entradas de processos na SFC, sendo 3.028 somente nas Coordenadorias I a VII. O quadro a seguir apresenta o resumo da tramitação processual no período.

Quadro 24: Movimentação de processos em 2021

Unidade de fiscalização	2020	2021			Var. 2021-2020	
	SALDO	ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO	Qtde.	%
COORDENADORIA I	31	306	306	31	-	0%
COORDENADORIA II	114	466	470	110	(4)	-4%
COORDENADORIA III*	123	326	399	50	(73)	-59%
COORDENADORIA IV	36	863	866	33	(3)	-8%
COORDENADORIA V	94	354	369	79	(15)	-16%
COORDENADORIA VI	129	382	387	124	(5)	-4%
COORDENADORIA VII	42	331	284	89	47	112%
COORDENADORIA VIII	23	36	49	10	(13)	-57%
SFC	31	2.421	2.411	41	10	32%
TOTAL	623	5.485	5.541	567	(56)	-9%

Fonte: e-TCM

*: exceto processos de aposentadorias e pensões

Ao total, a SFC e suas Coordenadorias conseguiram reduzir o estoque de processos em 9% quando comparado ao saldo de 31.12.2020. Ao se analisar por

tipo de processo que chegou às Coordenadorias I a VII, os mais representativos em termos de quantidade foram os seguintes:

Quadro 25: Principais processos que entraram em termos de quantidade - 2021

Tipo Processo	Coordenadoria							Total	% sobre total
	I	II	III	IV	V	VI	VII		
AUDITORIA	126	91	131	114	117	28	93	700	23%
ACOMPANHAMENTO	70	114	43	94	95	108	85	609	20%
REPRESENTAÇÃO	37	149	20	118	62	93	43	522	17%
ANÁLISE	27	40	6	120	36	63	61	353	12%
BALANÇO	36	23	19	16	24	5	9	132	4%
INSPEÇÃO	3	24	2	37	13	26	27	132	4%
DENÚNCIA	5	13	13	38	4	45	4	122	4%

Fonte: e-TCM

E quando esses processos são classificados por Conselheiro Relator, os percentuais por tipo de processo podem ser observados no quadro a seguir.

Quadro 26: Quantidade de processos que entraram por Relator – 2021

Tipo Processo	Relator				
	DOMINGOS DISSEI	EDUARDO TUMA	JOÃO ANTONIO	MAURICIO FARIA	ROBERTO BRAGUIM
AUDITORIA	18%	27%	2%	17%	36%
ACOMPANHAMENTO	25%	28%	7%	17%	23%
REPRESENTAÇÃO	25%	31%	1%	27%	16%
ANÁLISE	16%	41%	14%	17%	12%
BALANÇO	17%	36%	1%	21%	25%
INSPEÇÃO	17%	30%	9%	24%	20%
DENÚNCIA	10%	30%	9%	18%	33%

Fonte: e-TCM

Observa-se uma quantidade representativa de processos de Representações, num total de 17% de todos os processos que ingressaram nas Coordenadorias, especialmente nas Coordenadorias II e IV que, juntas, somaram 51,14% do total desse tipo de processo em SFC.

Mesmo que o contexto de pandemia seja um fator que impulsionou esse tipo de ingresso nessas Coordenadorias, é importante ressaltar que as Representações demandam, em geral, representativa capacidade de trabalho das Coordenadorias da SFC, tornando-se fundamental que se implemente um procedimento de

seletividade adequado para avaliar a relevância dessas demandas que chegam ao Tribunal, o que permitirá direcionar a força de trabalho para as demandas que sejam efetivamente mais importantes para a sociedade paulistana.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro semestre do ano de 2021 foi marcado pela consolidação do desenvolvimento das atividades de fiscalização de modo remoto. Com o recrudescimento da pandemia do Covid-19, o cenário imposto à toda sociedade foi ainda mais desafiador do que em 2020. No âmbito da auditoria, as diversas adaptações adotadas continuaram necessárias em decorrência das medidas de distanciamento social, conduzindo a uma ampliação na utilização de ferramentas tecnológicas para coleta de dados e impressões sobre a realidade auditada.

Vale ressaltar que muitas atividades foram relacionadas justamente ao momento de crise que a sociedade enfrenta, bem como aos desafios enfrentados pelo controle externo no país com a crise provocada pela pandemia. O item 2 deste relatório enumera as fiscalizações mais importantes realizadas pelas diversas Coordenadorias de SFC.

Apesar da pandemia, o item 3 demonstra que as atividades de fiscalização foram realizadas e que SFC cumpriu suas metas de concomitância. Também demonstra que, apesar dos riscos envolvidos, as equipes de auditoria foram a campo e realizaram seus trabalhos.

O item 7 demonstra que a SFC, além de realizar as mais diversas fiscalizações, também se dedicou a mais de duas dezenas de projetos de melhoria.

Destaca-se a grande preocupação com a implantação das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) nos seus processos de trabalho, capacitando os servidores para o uso das normas que propiciam maior credibilidade, qualidade, profissionalismo e eficácia aos trabalhos de auditoria, pois enumeram princípios

comportamentais e técnicos que devem ser seguidos pelos auditores governamentais durante todo o curso do processo desenvolvido.

Em 2021, foram finalizados os Manuais de Auditoria Governamental – Princípios Gerais e de Auditoria Operacional; estão em fase final de elaboração os Manuais de Auditoria Financeira e de Auditoria de Conformidade. Todos os manuais são aderentes às NBASPs – Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público.

Outros pontos de destaque são: Programa de Seleção de Objetos de Fiscalização; Programa de Formação Continuada de Auditores; Programa Quantificação de Benefícios do Controle Externo; Projeto Análise de Prestação de Contas de Entidades do Terceiro Setor; Projeto Matriz de Responsabilização; Projeto Controle Prévio de Licitações, entre outros.

Em 2021, os representantes de SFC continuaram a participar do importantíssimo Programa Observatório de Políticas Públicas, responsável por sistematizar as informações produzidas no âmbito do Município de São Paulo e do Tribunal a fim de contribuir para a reflexão acerca das Políticas Públicas executadas no Município de São Paulo. Houve participação nos seguintes Grupos Técnicos: Educação; Saúde; Urbanismo; e Regionalização do Orçamento.

Em 2021, este Subsecretário coordenou 6 (seis) reuniões virtuais do Fórum dos Secretários de Controle Externo dos Tribunais de Contas Brasileiros (Seconex), cuja missão é propor e discutir pautas nacionais para os Tribunais de Contas. A integração das instituições de controle externo e a troca de experiências de seu corpo técnico mostram-se essenciais para a identificação e disseminação das boas práticas desenvolvidas pelos diversos Tribunais de Contas, proporcionando o aprimoramento do sistema de controle. Os temas debatidos constam do item 9.1.1.

Por fim, destacamos que o item 10 traz um alerta importante. A SFC iniciou 2022 com o menor quantitativo de pessoal desde 2017: 126 agentes de fiscalização. Essa alteração tem impacto direto sobre a capacidade da SFC para realização das fiscalizações, pois quanto menos servidores da SFC tiver no seu quadro, menor

será a quantidade de trabalhos que conseguirá fazer com a qualidade e profundidade exigidas pela sua competência no exercício do controle externo. Assim, é premente a necessidade do aumento de servidores em SFC, haja vista o cenário crítico que se apresenta e a importância e responsabilidade da atuação do TCM na cidade de São Paulo.

Em 21.01.2022

LÍVIO MÁRIO FORNAZIERI

Subsecretário de Fiscalização e Controle